

Nota 75 (média)
Miguel Baez
dez/2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

ESTUDO DESCRITIVO DA ESTRUTURA ACADÊMICA DOS CURSOS DE
BACHARELADO EM TURISMO DE CURITIBA.

Autora: Lícia Jany Fritoli
Orientadora: Prof. Silvana do Rocio de Souza

Curitiba
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

ESTUDO DESCRITIVO DA ESTRUTURA ACADÊMICA DOS CURSOS DE
BACHARELADO EM TURISMO DE CURITIBA.

LÍCIA JANY FRITOLI

Trabalho de Conclusão de Curso de
Especialização apresentado à Universidade
Federal do Paraná para obtenção de título de
Especialista em Planejamento e Gestão de
Turismo.

Orientadora: Prof. Silvana do Rocio de Souza

Curitiba
2007

“O educador que castrar a curiosidade do educando, em nome da eficácia da memorização mecânica dos conteúdos, tolhe a capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica”.

Paulo Freire

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	IV
RESUMO / ABSTRACT	V
1. INTRODUÇÃO	01
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	04
2.1 EDUCAÇÃO = MERCADORIA DE CONSUMO	06
2.2 A SOCIEDADE DE CONSUMO	07
2.3 CURSOS DE TURISMO NO BRASIL	10
2.3.1 Cronologia de Abertura dos Principais Cursos de Turismo	10
2.3.2 O rápido Crescimento do Número de Cursos de Turismo	11
2.4 O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM EM TURISMO	14
2.4.1 Normatização do Ensino de Turismo no Brasil	24
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS - PESQUISA CIÊNTÍFICA	31
3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	33
3.2 PESQUISA DE CAMPO	34
3.3 ESTUDO DE CASO	35
3.4 COLETA DE DADOS	36
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS	38
4.1 CRONOLOGIA DE ABERTURA DOS CURSOS EM CURITIBA	38
4.2 NÚMERO DE VAGAS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO	38
4.2.1 Vagas Anuais	39
4.2.2 Vagas por Turno	39
4.2.3 Vagas por Semestre	40
4.3 TURMAS CURSANDO BACHARELADO EM TURISMO	40
4.3.1 Turmas em Andamento	40
4.4 ESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS	41
4.4.1 Duração dos cursos	42
4.4.2 Grade Curricular Seis Semestres	42
4.4.3 Grade Curricular Sete Semestres	43
4.4.4 Grade Curricular Oito Semestres	44
4.5 QUADRO DOCENTE	45
4.5.1 Bacharéis e não bacharéis por curso	46
4.5.2 Titulação dos docentes	46

4.5.2.1 Titulação dos docentes não bacharéis	46
4.5.2.2 Titulação dos docentes bacharéis	47
4.6 INFRA-ESTRUTURA DOS CURSOS	48
4.6.1 Laboratórios	49
4.7 EVENTOS ACADÊMICOS	49
4.7.1 Tabela de eventos	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
7. APÊNDICE	58
ANEXO I - Cursos de Bacharelado em Turismo no Paraná	59
ANEXO II - Mestrados Reconhecidos pela CAPES	64
ANEXO III - Deliberação Normativa N. 390 - Embratur	65
ANEXO IV - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Turismo	68
ANEXO V - Cursos de Bacharelado em Turismo em Curitiba	74

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil	04
Tabela II - Número de cursos de graduação em Turismo no Brasil	12
Tabela III - Vagas anuais	39
Tabela IV - Vagas por turno	39
Tabela V - Vagas por semestre	40
Tabela VI - Turmas em andamento	40
Tabela VII - Duração dos cursos	42
Tabela VIII - Grade curricular de seis semestres	42
Tabela IX - Grade curricular de sete semestres	43
Tabela X - Grade curricular de oito semestres	44
Tabela XI - Número de bacharéis e não bacharéis nos cursos de Curitiba	46
Tabela XII - Titulação dos docentes não bacharéis em Turismo	46
Tabela XIII - Titulação dos docentes bacharéis em Turismo	47
Tabela XIV - Laboratórios dos cursos de Turismo	49
Tabela XV - Eventos acadêmicos	51

RESUMO

O presente estudo consiste em uma pesquisa exploratória-descritiva da estrutura acadêmica dos cursos de Turismo de Curitiba. Procurou-se, através da atualização de dados sobre instituições, programas, corpo docente e discente, desmistificar alguns estereótipos sobre a realidade acadêmica dos cursos superiores de Turismo. A pesquisa divide-se em quatro partes: primeiramente apresenta-se breve histórico do aumento de instituições de ensino superior no país, focando a progressão exponencial da oferta de cursos de graduação em Turismo; em seguida descreve-se o cronograma da abertura e consolidação dos principais cursos de Turismo no Brasil; em terceiro lugar segue uma breve análise do processo de ensino-aprendizagem nos cursos de Turismo; e na quarta parte apresenta-se a descrição tanto da infra-estrutura (turmas, vagas, laboratórios, agências modelo) quanto da estrutura acadêmica (formação e titulação do corpo docente, eventos acadêmicos) dos cursos de bacharelado em Turismo de Curitiba com base em dados quantitativos obtidos através de entrevistas com coordenadores dos cursos superiores de Turismo da capital paranaense.

PALAVRAS-CHAVE: ensino, turismo, docência

ABSTRACT

This study is a diagnosis of the situation of university courses of Tourism in Curitiba. By updating data about institutions, programs, professors and students, we tried to demystify some stereotypes about the academic reality of the touristic phenomenon. It is divided into four parts: I) a brief history of the increase of universities in Brazil; II) a history of the opening and consolidation of the main Tourism courses in Brazil; III) a brief analysis of the teaching-learning process in Tourism courses in Brazil; IV) a description of the academic structure of the university courses of Tourism in Curitiba, based upon quantity data about their infra-structure and academic structure.

KEY-WORDS: teaching, tourism,

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste em uma pesquisa exploratória-descritiva da estrutura acadêmica dos cursos de Turismo em Curitiba. Como estrutura acadêmica entenda-se a organização dos cursos com relação ao número de vagas ofertadas anualmente, número de alunos matriculados, quantidade de turmas em andamento, a existência ou não de agências modelos e laboratórios específicos e a composição do quadro docente.

A gênese dessa inquietação foi a constatação da inexistência de dados atualizados relacionados aos cursos de bacharelado em Turismo. As pesquisas encontradas (e ainda utilizadas como referências em vários trabalhos acadêmicos) mostram, na sua maioria, dados dos anos 1990, e algumas poucas do início dos anos 2000.

A capacitação de profissionais para o ensino superior de Turismo tem sido tema de estudo e de preocupação para vários pesquisadores no Brasil; entre eles se destacam: Rejowski (2003), Ansarah (2002), Dencker (2002), Trigo (2000). Um dos pontos considerados mais críticos nas discussões é justamente a qualificação dos profissionais docentes. Vale destacar que estes autores têm formação superior na área e/ou estão vinculados a uma Instituição de Ensino Superior como professores e/ou pesquisadores e portanto vivenciam o problema na prática. No entanto, suas pesquisas foram realizadas há mais de quatro, cinco, sete anos.

Em uma área que se atualiza e se renova com tanta rapidez como o Turismo, poucos anos de defasagem representam uma lacuna histórica muito grande. As afirmações que eram verdadeiras e relevantes podem já não corresponder à realidade atual.

Através da atualização de dados sobre instituições, programas, corpo docente e discente será possível desmistificar alguns estereótipos sobre a realidade acadêmica dos cursos de Turismo; como por exemplo de que os cursos são novos, ou há poucos professores com formação e/ou titulação em Turismo. Afirmações que já foram verdadeiras e que pela repetição transformam-se em definições consensuais (e que

muitas vezes, por força do nome de quem as emitiu, não admitem contestação), na verdade camuflam a realidade atual: aceita-se a informação, ignora-se a data.

Como a atualização de dados de todo o país estaria fora do escopo de um trabalho *lato sensu*, optou-se por limitar o universo da pesquisa às Instituições de Ensino Superior de Curitiba.

Desde a abertura do primeiro curso de Turismo em nível superior no Brasil em 1971, na Faculdade Morumbi, em São Paulo, houve uma proliferação de cursos técnicos e superiores de Turismo em todo o país. No entanto a preocupação com a formação da mão-de-obra específica para a docência em Turismo, no início, foi negligenciada.

Pelas próprias características da profissão, que oferece um leque grande de oportunidades para quem se forma Bacharel em Turismo, talvez a docência em curso superior não seja uma das opções mais consideradas por recém formados. Porém percebe-se, mais recentemente, uma preocupação maior com relação à continuidade nos estudos acadêmicos por aqueles que optam por ingressar na academia. No início desta pesquisa, foi realizado um rápido levantamento a respeito do número de bacharéis em Turismo atuando nas Instituições de Ensino Superior de Curitiba. Constatou-se que a grande maioria de bacharéis em Turismo que lecionam têm cursos de especialização e muitos têm Mestrado em áreas afins, mas poucos têm Mestrado em Turismo. Este fato pode ser entendido quando se conhece a escassez de programas de Mestrado em Turismo no país (Anexo II).

Conhecer detalhadamente os cursos de bacharelado em Turismo de Curitiba será de extrema relevância para a continuidade desta pesquisa. O diagnóstico da realidade curitibana será ponto de partida para um estudo mais aprofundado, de caráter *stricto sensu*, sobre o ensino em Turismo e necessidade da formulação de um projeto para um curso de Licenciatura em Turismo. Neste sentido é que este estudo se justifica e tentará responder ao seguinte Problema de Pesquisa: Quantos são atualmente e como estão estruturados academicamente os Cursos de Bacharelado em Turismo em Curitiba?

Para tanto estabeleceu como Objetivo Geral a realização de um estudo descritivo da estrutura acadêmica dos Cursos de Bacharelado em Turismo em Curitiba visando gerar um quadro atualizado sobre a situação do ensino superior em Turismo, tendo Curitiba como ponto de referência para uma possível compreensão da situação nacional.

Para que tal objetivo fosse alcançado foram determinados como objetivos específicos: primeiro uma análise do expressivo aumento no número de instituições de ensino superior no país, focando a progressão exponencial da oferta de cursos de graduação em Turismo; segundo, a apresentação de um breve histórico sobre a abertura e normatização dos cursos de Turismo no Brasil; terceiro, a discussão do processo de ensino-aprendizagem em Turismo; e finalmente a apresentação de dados atualizados que permitiram uma compreensão detalhada sobre estrutura acadêmica dos cursos de Turismo de Curitiba.

Logo após esta breve introdução, procurou-se fundamentar teoricamente o trabalho, apresentando publicações relevantes para o tema tratado, incluindo estudos e pesquisas realizadas e publicadas por autores reconhecidos no cenário nacional como estudiosos do Turismo e também de autores que têm a docência como foco de seus estudos. A terceira parte do trabalho apresenta os procedimentos metodológicos estipulados, e de que forma foram aplicadas as ferramentas de pesquisa. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo que guiam as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ensino superior brasileiro passou por transformações radicais nos últimos doze anos. Segundo dados do Censo da Educação Superior (1999-2003), elaborado pelo Inep/MEC, em 1995 o Brasil contava com um total de 894 instituições de ensino superior, das quais 684 privadas e 210 públicas. Em 2003 já eram 1.637 instituições, das quais 1.442 privadas e 195 públicas (MENESES, 2004). Dados do último Censo realizado em 2005 (quase dois atrás), disponíveis no site do Inep, já mostram uma realidade ainda mais surpreendente. Em dois anos (de 2003 a 2005) 528 novas instituições de ensino superior (IES) foram criadas. O Censo de 2005 apresenta estes dados: total de IES no Brasil 2.165, destas 231 públicas e 1.934 privadas.

Tabela I - Censo Inep - Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil

Ano da pesquisa	Instituições de Ensino Superior	IES privadas	IES públicas
1995	894	684	210
2000	1.180	1.004	176
2003	1.637	1.442	195
2005	2.165	1.934	231

Dados do Censo da Educação Superior - Inep

Alguns dos outros dados levantados pelo Censo da Educação Superior 2005 são: 20.407 cursos, 305.960 funções docentes e 4.453.156 alunos matriculados. O Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram estes números em 12 de dezembro de 2006. Não há dados mais recentes publicados.

É inegável o crescimento descontrolado do número de instituições de ensino superior que entraram, e entram no mercado, após a abertura do governo para a criação destas empresas. Se por um lado este quadro democratizou a educação, criando mais vagas, por outro a oportunidade de explorar este mercado trouxe para a área da educação grupos empresariais acostumados a dirigir negócios visando o lucro.

As estatísticas apontam um crescimento vertiginoso do número de vagas na educação superior privada no Brasil, como resposta às demandas do mercado de trabalho que busca, cada vez mais, trabalhadores com elevada escolarização e com competências e habilidades para o exercício profissional. Existe uma demanda crescente na relação candidato/vaga nas instituições gratuitas e uma expansão descontrolada na oferta de cursos/vagas nas instituições privadas. Nesta relação procura/oferta surgiram empresários dispostos a investir em Educação Superior. Esses investimentos se apóiam em pesquisas de mercado que afirmam que a Educação Superior é um dos negócios mais lucrativos do país (CATANI; OLIVEIRA, 2000).

Infelizmente, o que se observa é que muitas destas 'Instituições de Ensino' privadas não têm seu foco fundamentado no objetivo da aprendizagem, mas no objetivo principal de nossa sociedade capitalista e consumista: o lucro. Mais preocupante ainda é o foco de alguns clientes/discentes: a inclusão social através de um determinado bem ou produto, no caso o diploma. O fator de motivação de escolha por uma ou outra escola não inclui a qualidade de ensino oferecido por ela, mas sim a oportunidade de mudar de classe social, através da obtenção de um grau de escolaridade superior, preferivelmente obtido de forma rápida e facilitada.

Este quadro descreve uma relação assustadora e estritamente comercial e capitalista no processo educacional, pois quando se entende Instituição de Ensino como empresa, com funcionários/docentes e clientes/discentes, o produto, ou mercadoria, que está sendo comercializado é a educação.

Ainda sob a ótica do sistema capitalista (que prevê a produção de bens e serviços em larga escala), os professores são vistos não como facilitadores no aprendizado mas como operários que são remunerados conforme a sua produção, ou seja, a remuneração docente é calculada na relação hora/aula. Isto faz com que os professores se obriguem a comprometer todo seu tempo em sala de aula, não deixando tempo para pesquisas ou aprofundamento em estudos.

Porém, este não é o único drama que os professores enfrentam. Segundo Feitosa (2006, p. 82) os clientes/discentes não estão interessados, em grande parte,

na qualidade do produto que estão adquirindo. Mas por que não estariam interessados em algo que estão adquirindo por preço relativamente alto? O autor diz que “a lógica do mercado baseada na ética pragmática diz que tudo caminha para uma harmonia em benefício do todo, para o final feliz”; esse princípio justifica que se o todo está se beneficiando ou tendo acesso ao produto, então tudo terminará bem.

2.1 EDUCAÇÃO = MERCADORIA DE CONSUMO

Como resultado da política encorajadora do governo Fernando Henrique Cardoso para a abertura de novas Instituições de Ensino Superior, a educação virou um dos principais negócios brasileiros. Conforme dados da Bolsa de Valores de São Paulo, tomando por base o ano de 2002, considerando os setores público e privado, a sua receita bruta foi superior a R\$ 29 bilhões, só inferior à da Petrobrás e à das empresas do setor de Telecomunicações, mas superior a outros grandes negócios, como o faturamento das empresas aéreas, da AMBEV (bebidas) e Vale do Rio Doce (MENESES, 2006).

Ao se pensar na educação como uma mercadoria, que se define como objeto externo ao indivíduo, que satisfaz direta ou indiretamente as necessidades humanas, e mercadorias podem ter valores diferenciados para cada consumidor, a educação pode estar sendo vítima de um consumo simbólico; como um produto que tem seu valor de uso suplantado, ou seja, a utilidade intrínseca inerente ao objeto não é mais o principal motivo para o consumo.

Para Brandão (2005) a educação funciona como uma instituição legitimadora dos papéis dos indivíduos na sociedade: ela é fundamentalmente uma forma de poder. A força do discurso do cidadão vai depender, em grande grau, do seu acesso à educação e, conseqüentemente, vai determinar a sua posição ocupada na hierarquia social.

O conhecimento e a capacitação profissional podem não estar mais no centro da motivação na procura por uma educação de nível superior, mas no *status* que esta formação pode trazer. Conquistar a satisfação pessoal e garantir outros benefícios que a sociedade garante a quem alcança um diploma de ensino superior tem um

significado simbólico mais forte do que realmente adquirir o conhecimento que deveria ser a prioridade de qualquer formação acadêmica. Desse ponto de vista mais vale ter o produto e ostentar a sua posse do que discutir a sua finalidade.

Por esta razão, talvez se explique o surgimento de cursos de graduação que duram apenas quatro semestres. Os grupos empresariais, as chamadas mantenedoras no ensino superior, identificaram como alvo um público que tem um perfil profissional já consolidado mas que entende o diploma universitário como um bem essencial. Assim programas de formação superior em dois anos são procurados por alunos entusiasmados com a perspectiva de obtenção rápida do diploma. Porém a qualidade de ensino destes cursos ou o fato de serem cursos reconhecidos ou não pelo MEC não preocupam os que vêem somente os benefícios da aquisição do diploma em pouco tempo, e talvez com pouco empenho.

2. 2 A SOCIEDADE DE CONSUMO

O psicólogo José Antônio Zago (2005) afirma que vivemos na sociedade em que o valor prioritário é ter posse de coisas, objetos e pessoas. Dessa maneira, os objetos têm um valor maior do que o humano. O homem é valorizado pelo que possui e, por isso, corre o risco de, segundo o autor, 'transformar-se em um ser-coisificado'. Para se identificar com o seu meio, ele precisa, cada vez mais, ter. Esta necessidade de possuir atinge pessoas de todas as classes sociais, e quanto mais alto é o poder de compra do consumidor mais ele vai consumir.

Como explica Dubois (1999), para tentar definir o comportamento do consumidor é preciso aceitar a hipótese da existência de uma força, interna ao indivíduo, que o impulsiona a consumir. Uma das correntes de estudo propõe uma visão homeostática do ser humano. Segundo este entendimento haveria um estado de repouso, no qual estaríamos em equilíbrio, mas sob o efeito de um estímulo de consumo interno ou externo, este equilíbrio é quebrado e precisamos então satisfazer a necessidade estimulada. Assim que o objetivo for alcançado, a tensão é absorvida e voltamos para o estado de repouso, para iniciar mais um ciclo.

Este comportamento é mais compreendido na definição de consumo que Baudrillard apresenta:

O consumo não é uma prática material, nem uma fenomenologia da abundância, não se define nem pelo alimento que se digere, nem pelo vestuário que se veste, nem pelo carro que se usa, nem pela substância oral e visual das imagens e mensagens, mas pela organização de tudo isto em substância significativa; é ele a totalidade virtual de todos os objetos e mensagens constituídos agora então em um discurso cada vez mais coerente. O consumo, pelo fato de possuir um sentido é uma atividade de manipulação sistemática de signos. (BAUDRILLARD, 2000, p. 206)

Dubois (1999) pondera, porém, que quando não conseguimos imediatamente satisfazer nossos desejos de consumo, estes são freqüentemente adaptados, substituídos, para que possam de alguma forma acalmar nossa convicção de necessidade.

Como esta peculiaridade no comportamento do consumidor pode motivar sua escolha quando o que está em jogo é sua formação acadêmica? Até que ponto esta adaptação de necessidade pode direcionar o aluno para uma educação de qualidade duvidosa? O que influencia na escolha por uma ou outra instituição de ensino?

Brandão (2005) destaca que num mercado altamente disputado, em que empresas acabam por oferecer um produto semelhante, é fundamental uma construção da imagem da empresa, de sua identidade, para que consiga se diferenciar dos outros. A autora continua, citando um exemplo:

É por isso que a UniCarioca, por exemplo, se posiciona como uma instituição 'antenada' com as novas tecnologias. Em seus anúncios publicitários, impressos ou eletrônicos, ela sempre busca marcar a imagem de uma instituição jovem, voltada para o desenvolvimento tecnológico. Marca sua identidade em oposição às outras universidades mais sisudas, menos 'jovens' (BRANDÃO, 2005, p. 16).

Para enfrentar a concorrência no mercado, como nos outros setores da economia, as tendências são de profissionalização das Instituições de Ensino Superior ou de criação de processos de fusão/incorporação. Conforme Sguissardi (2000, p. 83) "no âmbito das IES privadas, as mesmas enfrentam entre si uma competição empresarial que se aprofunda no setor" e vence não aquela que oferece melhores condições pedagógicas mas a que oferece mais benefícios. A abertura do

grande número de instituições, cursos e vagas, sem planejamento, prejudica a Academia de forma geral, mas os mais prejudicados são os próprios alunos que acabam sendo vítimas de verdadeiras 'farsas pedagógicas' na educação superior (SGUISSARDI, 2000).

Os cursos superiores de graduação em Turismo, infelizmente, compartilham dos mesmos erros, talvez até de forma mais acentuada, pois Turismo é um dos cursos que mais expandiu em oferta de vagas em um curtíssimo espaço de tempo. Segundo dados da Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e de Hotelaria - ABDETH, na década de 1990, o número de cursos de graduação em turismo e/ou hotelaria cresceu cerca de 900%.

Uma pesquisa realizada em 2006 pelo site turismologia.com.br registrou a existência de 723 cursos de Turismo no Brasil; sem contar com os que estão aguardando autorização de funcionamento e os que foram criados recentemente por instituições credenciadas como universidades e centros universitários (que não dependem de autorização de funcionamento emitida pelo poder público), além dos que estão sendo lançados em módulos de Educação à Distância (EAD).

Para Bonfin e Freitag (2006) o aumento numérico, porém, não tem sido acompanhado pela melhoria da qualidade dos cursos. Nas propostas pedagógicas e composições curriculares dos cursos de Turismo no Brasil, é possível encontrar um 'leque' de disciplinas das áreas de Ciências Humanas e de Ciências Sociais Aplicadas que proporcionam conhecimentos gerais; mas poucos são os cursos que oferecem programas teóricos e práticos envolvendo a relação intrínseca destas disciplinas e conhecimentos gerais com as necessidades do mercado; e tampouco como instrumentalização para a reflexão crítica sobre a estrutura e o funcionamento deste mesmo mercado.

Para Trigo (1999, p. 67), "é inegável que após 1995 os cursos de turismo no Brasil passaram por uma verdadeira explosão na quantidade, mas não, infelizmente, na qualidade". Conforme dados da CAPES existem, no Brasil, apenas 5 programas de Mestrado em Turismo reconhecidos, e nenhum Doutorado (Anexo II). O que agrava ainda mais este quadro é o número reduzido de Bacharéis em Turismo, com

ou sem pós-graduação, atuando como docentes nos cursos de graduação. Esta carência de docentes com titulação acadêmica específica em Turismo força os cursos a terem em seus quadros docentes profissionais de diferentes formações, que têm o conhecimento prático mas não o teórico, ou optar por ter acadêmicos formados em Turismo com pouca ou nenhuma experiência prática, apenas teórica.

2.3 CURSOS DE TURISMO NO BRASIL

Desde a criação do primeiro curso superior de turismo, em 1971, as Instituições de Ensino Superior, IES, demonstraram um interesse irregular por esta área. Apenas cinco anos após sua criação, em 1976 já se somavam mais de uma dezena de cursos em todo o país; um número significativo se considerada a quantidade de IES no início dos anos 1970. No entanto este interesse parece ter se estagnado nos anos 1980 e na primeira metade da década seguinte. A educação de forma geral, não somente a superior, sofreu com anos de instabilidade econômica e política do país. Somente no final da década de 1990 há uma retomada nos investimentos em educação.

2.3.1 CRONOLOGIA DE ABERTURA DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS CURSOS DE TURISMO NO BRASIL

1971 - Faculdade de Turismo no Morumbi em São Paulo, atualmente Faculdade Anhembí-Morumbi.

1973 - Faculdade de Turismo da Guanabara no Rio de Janeiro; Faculdade Ibero-Americana em São Paulo; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo; Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais e União Pioneira de Integração Social em Brasília.

1974 - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

1975 - Universidade Católica de Pernambuco em Recife.

1976 - Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista em Santos e Faculdade Capital de Administração e Estatística em São Paulo.

1977 - Curso de Turismo da Faculdade Hélio Alonso no Rio de Janeiro.

1978 - Centro de Estudos de Administração Hoteleira e Turismo - Ceatel, ligado ao Senac em São Paulo. Primeiro Curso de Turismo no Paraná na UFPR.

1979 - Curso de Hotelaria da Faculdade de Administração Hoteleira em Caxias do Sul no Rio Grande do Sul.

1980 - Associação Educacional Veiga de Almeida e Faculdade de Turismo Embaixador Paschoal Carlos Magno no Rio de Janeiro. Reconhecido o curso de turismo da PUC-Campinas pela Portaria Ministerial (MEC) n.º 335.

1981 - Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira em Belo Horizonte.

1984 - Faculdade de Turismo da Bahia em Salvador; Curso de Hotelaria da Faculdade Hebraico-Renascença em São Paulo.

1985 - Faculdade de Ciências de Foz do Iguaçu no Paraná e Universidade de Fortaleza no Ceará.

1989 - O Senac/Ceatel cria o curso técnico de Turismo em nível secundário com um ano de duração. Nesse mesmo ano, instalou seu primeiro curso regular, o de Tecnologia em Hotelaria.

2.3.2 O RÁPIDO CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CURSOS DE TURISMO

Há pouco mais de uma década havia, no Paraná, apenas duas Instituições de Ensino Superior que ofereciam o Curso de Bacharelado em Turismo: a Universidade Federal do Paraná e o Instituto de Ensino Superior de Foz de Iguaçu. Mas este quadro mudou drasticamente; segundo a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo, existem, atualmente, quarenta e quatro cursos de graduação em Turismo no Paraná (Anexo I). Esse crescimento acompanha uma escala nacional. O curso de Turismo ocupa o 9º lugar no ranking de carreiras com mais graduações, em recente pesquisa do Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Segundo dados do site turismologia, existem 723 cursos de Turismo em funcionamento no Brasil.

O primeiro levantamento de dados sobre o número de cursos superiores em turismo e hotelaria no Brasil foi realizado em 1994 por Marília Ansarah e Mirian Rejowski e publicado na revista *Turismo em Análise*¹. Constatou-se a existência de 41 cursos de graduação, sendo 32 em Turismo, oito em Hotelaria e apenas um em Turismo e Hotelaria.

¹ ANSARAH, Marília; REJOWSKI, Mirian. "Levantamento de dados - cursos superiores de turismo e hotelaria no Brasil". In: *Revista Turismo em Análise*. São Paulo: ECA-USP, v. 5, n.1, 1994, p.116-128.

Apenas dois anos depois as pesquisadoras atualizaram estes dados através de pesquisas realizadas por correspondência e contatos telefônicos com instituições de ensino, órgãos de classe e secretarias estaduais de educação e turismo; esta pesquisa deu origem à formação de um cadastro nacional². Esta nova pesquisa mostrou a existência de 51 cursos de graduação, sendo 40 em Turismo, oito em Hotelaria, um em Turismo e Hotelaria, um de Geografia com ênfase em Planejamento Turístico e um de Administração Hoteleira.

Outro levantamento efetuado, dois anos mais tarde (1998) por Rejowski, mostrou a existência de 73 cursos de graduação distribuídos em Turismo, Hotelaria e Administração com habilitações em Turismo e Hotelaria³.

Mais dois anos e nova pesquisa realizada. Em agosto de 2000 Rejowski apresentou os resultados em uma Conferência na TV Senado. A pesquisadora apresentou o número de 298 cursos de graduação, sendo 204 de Turismo, 21 de Hotelaria, nove de Turismo e Hotelaria e 64 de Administração com habilitações em Turismo e Hotelaria⁴.

Comparando os números da primeira pesquisa em 1994 e os dados da pesquisa em 2000 observa-se um crescimento de 637,5% no número de cursos de graduação de Turismo, passando de 32 para 204 em apenas seis anos.

Tabela II - Número de Cursos de Graduação em Turismo no Brasil

1994	41 cursos de graduação em Turismo.*
1996	51 cursos de graduação em Turismo.*
1998	73 cursos de graduação em Turismo.*
2000	298 cursos de graduação em Turismo.*
2002	403 cursos de graduação em Turismo.**
2005	565 cursos de graduação em Turismo.**

* Marília Ansarah e Mirian Rejowski - Revista *Turismo em Análise*

** Censo da Educação Superior - Inep - (dados oficiais mais atualizados).

² ANSARAH, Marília; REJOWSKI, Mirian. "Panorama do ensino em turismo no Brasil: graduação e pós-graduação". In: *Revista Turismo em Análise*. São Paulo: ECA-USP, v. 7, n.1, 1996, p. 36-61.

³ Dados apresentados no Programa *Ciclo de Conferência - Turismo em Debate*, com o tema "O Ensino de Turismo no Brasil", TV Senado, em 21 de agosto de 2000.

⁴ Programa *Ciclo de Conferência - Turismo em Debate*, cit.

A proliferação de cursos de Turismo deu-se em parte em resposta a um grande apelo de marketing que destaca a importância do turismo na área de prestação de serviços: um segmento econômico em franco crescimento, uma atividade geradora de emprego e renda.

Hoje cursos de Turismo e Hotelaria estão espalhados pelo país afora. A quantidade de cursos é tão grande quanto a diversidade dos mesmos, afinal Turismo é um curso com características muito peculiares, seu caráter multidisciplinar permite que cada instituição formule um projeto pedagógico próprio.

Infelizmente alguns cursos são apenas chamarizes das faculdades. O curso de Bacharel em Turismo não requer grandes investimentos por parte das Instituições de Ensino em laboratórios ou outro tipo de infra-estrutura, por isso é um curso barato para ser implementado. No entanto, poucas IES encaram futuros turismólogos, seus próprios acadêmicos, com a seriedade necessária para se formar um profissional preocupado com o turismo e devidamente orientado para trabalhar em todos os setores do *trade* turístico.

O mercado do Turismo está em franco crescimento, conforme aponta a própria Organização Mundial do Turismo - OMT, ao divulgar que em 2004 houve um crescimento de 10% em relação a 2003, e que o setor está empregando 10% da força de trabalho mundial. O Brasil tem tudo para ser um grande pólo de turismo, pois o Plano Nacional de Turismo do governo federal prevê aumentar o número atual de visitantes estrangeiros de quatro milhões para 9 milhões, gerando US\$ 8 bilhões até 2007; isto significa criar um adicional de 1,2 milhão de postos de trabalho no setor (BONFIM, 2005).

Cabe aos cursos de Turismo capacitar a mão de obra para ocupar estes postos de trabalho. Mas até que ponto esta capacitação realmente atende às necessidades do mercado?

2.4. O ENSINO-APRENDIZAGEM EM TURISMO

No prefácio da obra *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria*, de Marília Gomes Ansarah, Mário Beni afirma que:

apreciaria ver educadores de turismo e os órgãos responsáveis pela missão formadora intervirem efetivamente no processo educacional para graduar bacharéis em turismo realmente capacitados a enfrentar desafios e a inovar criativa e eficazmente com soluções lógicas e modernas, dignas da nossa realidade e dos melhores estudiosos conscientes do Brasil (BENI *in* ANSARAH, 2002, p. 10).

A realidade da formação acadêmica em Turismo, demonstrada por pesquisadores da área, é desanimadora: Trigo (2002) ressalta que desde a primeira turma formada no Brasil em 1974, apenas doze bacharéis em turismo chegaram a se doutorar em alguma área de conhecimento (até a data de publicação da obra; não há dados atualizados). Isso significa, continua o autor, que “há um campo vasto no setor acadêmico para os que se interessam por docência e pesquisa.”

Para Mascarenhas (2004) incentivar o desenvolvimento da pesquisa em turismo é fundamental para que este possa realmente ser aceito como ciência. O autor afirma, porém, que “formar pesquisadores, infelizmente, não é a proposta da maior parte dos cursos de Turismo.”

A pesquisa aplicada em turismo em busca de novos conteúdos tem sido relegada a segundo plano, segundo Ansarah (2002, p. 39); para a autora é preciso “conscientizar os elementos envolvidos de que a ciência deseja alcançar o conhecimento humano sem se importar tanto com lucros” (ANSARAH, 2002, p. 40).

Dencker (1998) afirma que a pesquisa científica em turismo não pode se limitar a coleta e análise de dados; a autora acredita que o desenvolvimento do turismo como ciência depende de uma compreensão mais ampla do turismo como um dos elementos formadores da sociedade. Segundo Dencker

pesquisar [...] é pensar, refletir, interpretar, entendendo o 'turismo' como um dos elementos que compõem a sociedade e considerando as interações das ações que venham a ser propostas dentro de um panorama da sociedade como um todo. (DENCKER, 1998, p. 266)

Na tentativa de definir Turismo, Moesch (1998) demonstra que o fenômeno turístico vem sendo estudado há muito mais tempo do que poderíamos imaginar, principalmente se analisado o reduzido número de títulos publicados sobre Turismo há pouco mais de uma década. Talvez esta aparente escassez na produção acadêmica seja explicada pela concentração de interesse pelo estudo do fenômeno turístico nas escolas européias, como evidencia o texto de Moesch; e não podemos esquecer que o acesso ao conhecimento só se democratizou recentemente.

Moesch cita Sessa, representante da escola italiana, como um dos defensores do estudo do turismo como ciência que teria seu objeto de estudo diretamente relacionado às ciências sociais, pois o epicentro do fenômeno turístico é de caráter humano. De acordo com o texto, os estudos sobre Turismo no Brasil se concentram mais em iniciativas do setor privado/empresarial e menos nas academias. Gerando, segundo a autora, estudos mais voltados ao conhecimento prático, o que Moesch chama de fazer-saber. Quando concentra seu foco nos estudos acadêmicos já realizados, a autora critica o enfoque dado ao estudo do Turismo, pois este é analisado "sob os cânones da especialização de cada disciplina que o constitui".

No entanto, talvez pela própria falta de concordância dos conceitos apresentados, o estudo sistêmico do fenômeno turístico tem lacunas consideráveis, do ponto de vista acadêmico. A própria inexistência de uma terminologia homogênea é um exemplo de como o turismo ainda é raramente (ou dificilmente) visto como ciência por estudiosos de outras áreas.

Portanto um ensino de qualidade no turismo deve contemplar tanto a teoria quanto a prática. Ansarah (2002, p. 34) afirma que "o docente somente poderá aprofundar-se nos conhecimentos e direcionar o ensino quando tiver domínio do conteúdo e vivenciar a prática de turismo".

Segundo a OMT - Organização Mundial de Turismo:

Sem uma base teórica que faça com que a matéria possa se desenvolver e crescer, atualmente existe uma abordagem fragmentada da educação em turismo. Isso acentua a falta de direção clara para manter o desenvolvimento da teoria, do foco e de uma estrutura abrangente dentro da qual a matéria possa ser efetivamente ensinada. (OMT *apud* COOPER, 2001, p. 42)

Por se constituir em um mercado que, resguardadas as crises diacrônicas do sistema, sempre esteve em expansão quando se iniciaram seus estudos no Brasil, não houve tempo para refletir o fenômeno em si, pois necessitava-se atender a uma demanda cada vez mais exigente. Talvez esta tenha sido uma das razões que levaram o ensino em Turismo a ser visto quase que exclusivamente como prática, treinamentos rápidos e instrumentais direcionados exclusivamente a atender o mercado. Esse imediatismo fez crescer o desencontro na perspectiva teórico-filosófica de entendimento do fenômeno turístico (DOS SANTOS, 2005).

Boa parte da literatura existente no campo do turismo discute o fenômeno turístico quase que exclusivamente em sua dimensão técnico-prática não apenas por ser uma atividade em constante desenvolvimento mas também por estar diretamente relacionada à economia. Esta percepção acaba sendo hegemônica na maioria dos cursos que se limitam a transmitir ao aluno uma visão tecnicista na busca de uma colocação no mercado de trabalho de prestação de serviços.

O ideal seria que a dimensão do fenômeno turístico fosse trabalhada e ensinada dentro do contexto de sua cientificidade sem desprezar a potencialidade que o mesmo possui junto ao mercado de serviços. Sem evidenciar uma ou outra característica, mas ressaltando ambas, os professores levariam os estudantes uma visão crítico-acadêmica permitindo escolhas mais conscientes quanto a sua atuação profissional quando turismólogos formados.

Se a qualidade do ensino-aprendizagem está diretamente relacionada à capacitação e formação do corpo docente, é preciso criar ferramentas para consolidar a prática do ensino em Turismo. O docente deve dominar metodologias de ensino com técnicas voltadas para a área do turismo e abordagens que evidenciem as especificidades e o caráter multidisciplinar do curso como um todo.

Técnicas didático-pedagógicas e metodologias de ensino são ferramentas essenciais para a formação de docentes comprometidos com a aprendizagem de seus alunos. É imprescindível ter objetivos claros em relação ao perfil do profissional que se quer formar, só assim avanços significativos no processo educacional dos cursos de turismo podem ser alcançados.

O MEC - Ministério da Educação, por meio das diretrizes curriculares aprovadas pelo CNE - Conselho Nacional de Educação (CES146/2002), define que o curso de graduação em Turismo deverá formar um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente. Exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista em ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também uma formação especializada nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de inventário de patrimônios históricos e culturais, além de conhecimentos em agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e administração de fluxos turísticos.

Para formar profissionais competentes os educadores dos cursos de Turismo deveriam estar atentos à necessidade de adotar técnicas didáticas que acompanhem a dinâmica da atividade turística. No entanto, muitas disciplinas permanecem em uma espécie de 'coma educacional' com docentes que ainda insistem na técnica (?) do discurso, quadro e giz, limitando o aprendizado à sala de aula.

Para Freire (1987) este modelo é definido como "educação bancária", os professores são depositários de conteúdo e os alunos meros receptores de informações, uma situação na qual, normalmente, não há espaço para discussão ou questionamentos. O aluno é sujeito passivo no processo educacional.

Muitos cursos de graduação têm como proposta curricular a somatória de fragmentos justapostos, disciplinas isoladas sem comunicação entre si, formando profissionais também fragmentados, que sabem pouco de muitas áreas de conhecimento mas sem profundidade em nenhuma. Esta visão de ensino priva os acadêmicos de uma liberdade intelectual; ao contrário, é freqüentemente dominada por uma espécie de autocracia ou monarquia absoluta do saber (PIAGET, 1996).

As visitas de campo e as aulas de campo são recursos pedagógicos que têm sido apontados como uma metodologia eficaz tanto por envolver e motivar os estudantes em atividades educativas, quanto por constituírem um instrumento de superação da fragmentação do conhecimento.

No entanto, este tipo de atividade pode ter implicações negativas, se consideramos que indivíduos/discentes podem assimilar o conteúdo pretendido de forma heterogênea, já que esta prática não permite um controle do processo ensino-aprendizagem por parte do professor orientador da visita.

Por outro lado, a variação do modelo de ensino em sala de aula pode trazer benefícios ímpares para o aprendizado e para a percepção da realidade por parte dos alunos. O professor também pode se valer deste tipo de atividade para provocar uma discussão mais rica e mais profunda sobre o entorno que se está estudando. Outro ponto positivo é o envolvimento mais ativo dos alunos que saem da situação passiva das carteiras na sala de aula para uma produção mais participativa na construção do conhecimento.

Durante toda sua carreira o docente precisa pensar e repensar técnicas e métodos para melhor contribuir para o aprendizado de seus alunos. Uma das formas de melhor preparar suas aulas é anotar, depois de uma atividade diferenciada, os resultados positivos e, mais importante ainda, os resultados negativos para poder, numa próxima oportunidade, corrigir as falhas. Vale ressaltar que os resultados negativos não devem ser fatores desmotivantes para o educador, pelo contrário, a constante procura por abordagens e técnicas diferenciadas para envolver os alunos no processo de aprendizagem fortalece e enriquece o docente. (CARDOSO, 2000)

Assis (2004) afirma que, na prática estabelecida para o desenvolvimento do estudo do Turismo, as visitas de campo (ou visitas técnicas) são atribuídas conforme as temáticas utilizadas e as necessidades conjuntas com outras atividades. Neste contexto as abordagens e métodos utilizados se pautam na necessidade de desenvolvimento prático de determinados assuntos, como também para fins de planejamento e estratégias destinadas ao mercado de trabalho.

A autora continua explicando que na formação superior de Bacharéis em Turismo as visitas de campo são essenciais para rever os conceitos teórico-metodológicos e reforçar o diálogo produzido em sala de aula. Assis ressalta que “através da descrição da paisagem geográfica, a construção de conceitos e as observações feitas no desenvolvimento técnico-científico são reforçadas pelo método da visita de campo.”

Para Cardoso (2000) esse tipo de trabalho possibilita o conhecimento do mundo ou do entorno; isto significa compreender a estrutura espacial e os fenômenos dos lugares. Conhecendo o território em que se vive compreende-se a identidade e o sentimento de pertencimento do meio.

As técnicas e métodos utilizados para aprofundar o conhecimento de um modo geral devem ser sempre escolhidos para facilitar o aprendizado. Pode-se perceber que dentro de uma visão mais holística o território a ser observado é o palco de todas as inter-relações que se pretende analisar. Portanto, quanto mais simples e objetivos forem os métodos utilizados nas visitas de campo, mais rápido se obtém o resultado desejado.

A visita de campo é uma prática comum em cursos de graduação que se utilizam da paisagem como campo para as discussões teóricas, tal como acontece com a Geografia, a Geologia, a Geomorfologia entre outros, e também, com o Turismo. Nestes cursos a visita de campo é um recurso didático-metodológico importante, pois é a partir dela que se torna possível aprofundar o conhecimento teórico-científico apresentado em sala de aula.

Para Benetti (2002) a visita de campo é um recurso utilizado quando o objetivo é a observação empírica. Esta observação assume uma dimensão mais ampla quando o olhar está focado no Turismo, uma vez que o conhecimento específico de um local deve ser o ponto de partida para a visão e compreensão do turismólogo sobre um determinado lugar, extrapolando assim a simples e pura descrição do espaço, como é o interesse de estudos focados na Geografia, por exemplo.

Como já observado, o conhecimento exclusivamente teórico não é suficiente para formar profissionais que têm como campo de estudo o espaço geográfico. É essencial que a teoria seja reforçada por atividades que possibilitem uma vivência dos espaços pelos estudantes. Além da visita de campo, outro recurso didático bastante enriquecedor é a aula de campo. Quando aliadas a um relatório da atividade e à pesquisa, as aulas de campo são ótimas formas de consolidar o conhecimento teórico.

A aula e a pesquisa de campo cumprem o papel de estímulos na construção do conhecimento do aluno. No entanto, a aula de campo geralmente é uma atividade que exige muito trabalho e preparação por parte do professor. O professor que escolher este tipo de atividade deve estar preparado e ter a flexibilidade de abordar outros assuntos quando ministrar a aula de campo, além de seu objetivo específico, pois a vivência prática traz à tona dúvidas diversas, nem sempre relacionadas com o estudo proposto pelo professor. Porém, isto não impede que professor aborde outros conteúdos relacionados a sua disciplina e cuja teoria tenha também sido ministrada anteriormente ou um assunto ainda não abordado. (SENICIATO; CAVASSAN, 1999)

As aulas de campo têm como objetivos primordiais a fixação e acréscimo à aula teórica ministrada na sala de aula, além de tornar possível ao aluno construir o seu próprio conhecimento, desenvolvendo uma atividade de pesquisa, tendo como base os conteúdos ministrados.

Diferente do que se possa imaginar o termo técnico “aula de campo” não se refere exclusivamente a atividades realizadas ao ar livre. Um exemplo de aula de campo no Turismo pode envolver atividades em um hotel, em um parque temático ou em uma agência júnior. O termo ‘campo’ neste caso se refere ao campo de atuação do profissional e não ao campo espaço físico geográfico.

Esta percepção parece ser o diferencial entre as duas terminologias em questão. Em suma, ‘visita de campo’ envolve uma atividade realizada, normalmente, ao ar livre e tem como objetivo principal a observação detalhada para a produção de um trabalho acadêmico posterior à visita, enquanto ‘aula de campo’ prevê uma atividade no campo de atuação do profissional e tem como objetivo principal a consolidação de conceitos teóricos previamente vistos.

Portanto, conclui-se que como são termos técnicos e não representam a mesma metodologia de ensino, a escolha por uma ou outra terminologia não depende de uma simples preferência de estilo de discurso, mas sim dos objetivos que se espera alcançar com uma ou outra técnica pedagógica.

Morin (2001) destaca a importância de outro recurso pedagógico bastante enriquecedor na aquisição do conhecimento: o trabalho em equipe. A cooperação dos membros da equipe fortalece o desenvolvimento de uma análise mais completa sobre a produção acadêmica proposta. Por este motivo, este procedimento didático é um dos preferidos por docentes que compreendem a educação como uma construção de conhecimentos e não como uma sistematização de informações, em sintonia com as novas tendências pedagógicas.

Sobre o mesmo tema Freed e Alaby (2000) afirmam que

A aprendizagem é promovida quando ela se parece mais com o esforço de uma equipe do que uma competição individual. A boa aprendizagem - semelhante a um bom trabalho - é colaborativo e social, não competitivo e nem isolado. Trabalhar com outros aumenta o envolvimento no aprendizado. Compartilhar as próprias idéias e responder às reações dos outros melhora o pensamento e a profunda o entendimento. (FREED; ALABY, 2000, p. 03)

Para Papert (1994) a arte de ensinar foi adotada pelo mundo acadêmico como uma área respeitável e importante. No entanto, a arte de aprender ainda é um órfão acadêmico. A maioria das pesquisas concentra seus esforços em técnicas e metodologias que auxiliem os professores a passar de uma forma melhor 'o conteúdo', a ensinar melhor. Porém, se esquecem de que também é necessário discutir melhores formas de aprender, que o processo educacional é uma via de duas mãos, não existe ensinamento sem aprendizagem.

A palavra instrucionismo visa significar algo muito diferente de pedagogia, ou arte de ensinar. Ela deve ser lida num nível mais ideológico, ou programático como expressando a crença de que a via para uma melhor aprendizagem deve ser o aperfeiçoamento da instrução - se a Escola é menos que perfeita, então sabemos o que fazer: ensinar melhor. (PAPERT, 1994, p. 124).

Ensinar e aprender são como duas faces de uma mesma moeda: não se pode pensar em ensino, por parte do professor, sem considerar simultaneamente a

aprendizagem, por parte do aluno. O estudo da dinâmica da aprendizagem é essencial para uma educação que tem como princípio básico não a passividade, mas sim a atividade. Procedimentos didáticos são indissociáveis do processo de ensino e aprendizagem, e nesse sentido enfatizam a relação professor-aluno.

Por estas razões urge um redirecionamento na atitude dos atuais professores dos cursos de graduação em turismo, não só mostrando as oportunidades que se abrem no mercado de trabalho para docentes capacitados em Turismo, mas também incentivando a prática da pesquisa em Turismo, para que este seja, o quanto antes, reconhecido e tratado como ciência. Os alunos são a chave fundamental desse processo. São eles que irão dar continuidade aos estudos do fenômeno turístico.

Uma das premissas da qualidade do ensino-aprendizagem diz respeito à adequação na formação dos docentes. No entanto, o fato de o professor ser ou não Bacharel em Turismo pode ser um diferencial para os alunos? É relevante para sua formação? O conhecimento específico não-acadêmico, aliado à experiência, pode gerar docentes mais preparados que podem contribuir de uma maneira mais enriquecedora para a formação de melhores profissionais? Ou a graduação em Turismo garante professores mais engajados na preparação de profissionais que entendam Turismo como ciência?

Deveria ser papel das próprias Instituições de Ensino Superior despertar em seus acadêmicos o interesse pelo desenvolvimento da pesquisa em turismo. Porém, quando referindo-se a elas próprias como futura oportunidade de mercado de trabalho, estas não se consideram como tal, “pois pelo que observou-se não oferecem condições para preparar seus alunos para a docência”, como afirma Catramby (2004, p. 86).

Mas que tipo de incentivo pode ter o acadêmico pela carreira da docência quando o quadro que está configurado no país é cada vez mais preocupante?

Hargreaves (1999) denomina *desinstitucionalização* o conjunto de fatores que aproximam o processo de formação do professor ao discurso empresarial pós-tecnocrático, segundo o qual a competência estaria associada à produtividade.

Apresenta-se como vantagem a flexibilização; no entanto a realidade encontrada nas IES privadas é um sistema de auto-regulação e autocontrole, dentro do qual se depreciam progressivamente a autonomia do professor e sua criatividade.

Muitas faculdades incorporaram tal discurso, alinhando-se e cooperando, muitas vezes, com as agendas e prioridades governamentais para desinstitucionalizar a formação docente, a ponto de antecipar-se nas ações correspondentes. Fazem isto, provavelmente, na emergência de competir no mercado educacional e tornar a relação custo-benefício mais favorável para seus mantenedores.

Dessa maneira associa-se o interesse pelo lucro, por parte das instituições, ao interesse pelo produto-diploma, por parte dos “clientes”, e firma-se o contrato comercial: *a venda de um produto em lugar de um serviço* (o processo de educação).

O conhecimento

... passa a ter um valor de troca, desvinculada do produto e do consumidor. [...] O saber é e será produzido para ser vendido e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: perde seu valor de uso para tornar-se força de produção (MOESCH, 1998, p. 19).

Notável nesse processo é que a não-exigência de qualidade do cliente-aluno permite a oferta de um produto de baixa qualidade. Há, de certa maneira, uma inversão de conceito: em alguns casos o aluno é capaz de pagar até mais por um serviço de menor qualidade, desde que esse seja realizado em menor tempo. É uma espécie de “menos-valia” do serviço. A razão é simples: a necessidade de titulação acadêmica não parte do aluno, mas é uma exigência externa, do mercado e de uma sociedade contemporânea firmada em pilares frágeis do consumo simbólico.

Como mudar esta situação surrealista em que se encontra a educação superior no Brasil? A quem cabe começar a revolução?

Talvez não seja fácil encontrar respostas para estas perguntas, mas uma coisa é certa: qualquer processo visando uma solução começa com uma aposta na qualidade; e esta passa pela qualificação do corpo docente. Pois se os clientes/discentes não se preocupam com os meios para adquirir a mercadoria-

educação, que a revolução inicie do lado de cá das cadeiras das faculdades, pelos professores.

O professor universitário é peça fundamental nas instituições de ensino superior. A universidade cresce quando tem um quadro de docentes capacitados e um apoio técnico-administrativo eficiente e de qualidade. As experiências práticas aliadas ao conhecimento teórico adquirido despertam nos alunos a necessidade de aperfeiçoamento constante contribuindo, com efeito, para o nascimento de um grande profissional, independentemente da sua área de atuação e na sociedade, comprometido em buscar melhores condições de vida.

2.4.1. BREVE HISTÓRICO DA NORMATIZAÇÃO DO ENSINO DE TURISMO NO BRASIL

A legalização do ensino do turismo no Brasil segundo a ABDETH - Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e de Hotelaria - aconteceu em 28 de janeiro de 1971 quando o Ministério da Educação aprovou o parecer N. 35/71 que teve como relator o Conselheiro Roberto Siqueira Santos. Este mesmo parecer foi a base para a Resolução S/N de 29 de janeiro de 1971 do Conselho Federal de Educação que determinou o conteúdo mínimo e a duração do Curso Superior em Turismo. Segundo esta resolução os cursos deveriam ter no mínimo 1.700 horas e as seguintes matérias: Sociologia, História do Brasil, Geografia do Brasil, História da Cultura, Estudos Brasileiros, Introdução à Administração, Noções de Direito, Técnica Publicitária e Planejamento e Organização do Turismo. No mesmo ano, 1971, a primeira turma do Brasil iniciaria o Curso Superior em Turismo nas Faculdades Anhembi-Morumbi, em São Paulo.

Em 1978, a Embratur (na época Empresa Brasileira de Turismo, hoje Instituto Brasileiro de Turismo) encomendou à Escola de Comunicação e Artes - ECA - da Universidade de São Paulo - USP, por meio de seu curso de turismo, a elaboração de um currículo mínimo pleno para os cursos superiores de turismo para ser apresentado ao Ministério de Educação - MEC. O Seminário coordenado pelo Professor Mário Carlos Beni reuniu quase que a totalidade dos cursos de turismo existentes na época. Neste evento estabeleceram-se duas vertentes educacionais distintas. A primeira, liderada pelo próprio professor Beni da USP, focava o ensino em

uma linha filosófica mais acadêmica, voltada à epistemologia, à pesquisa e ao planejamento do Turismo. E a segunda, liderada pelo Professor Gabriel Mário Rodrigues, das Faculdades Anhembi-Morumbi, defendia uma estrutura curricular focada no mercado de serviços. Estas duas vertentes guiaram os demais cursos de turismo que surgiram até a década de 1980 (ANSARAH, 2002, p. 49).

Matias (2002, p. 54) descreve o currículo mínimo, exclusivamente técnico, proposto em 1981 pela Embratur:

Matérias Básicas

Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Metodologia Científica, Planejamento e Organização do Turismo, Legislação Aplicada, Mercadologia, Psicologia.

Habilitações Alternativas

1ª Opção - Hotelaria

- Organização Hoteleira e Técnicas Operacionais;
- Administração Financeira e Orçamento;
- Mercadologia Aplicada;
- Prática - Estágio.

2ª Opção - Agenciamento e transporte

- Produção e Organização de Serviços Turísticos;
- Administração Aplicada;
- Administração Financeira e Orçamento;
- Mercadologia;
- Prática - Estágio.

3ª Opção - Planejamento

- Sociologia;
- Organização de Turismo Interno e Externo;
- Infra-estrutura Turística;
- Equipamento Turístico;

- Elaboração e Análise de projetos;
- Prática - Estágio.

Em 1996 a Comissão de Especialistas em Administração, por intermédio de seu presidente, Rui Otávio Bernardes de Andrade, convidou o Professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo para compor a Comissão de Especialistas em Administração, tendo como responsabilidade responder frente à Secretaria de Ensino Superior (SESu) sobre a educação em turismo e hotelaria e elaborar suas diretrizes (ANSARAH, 2002).

Em 1997 o Professor Trigo publicou a *Versão Preliminar da Biblioteca Básica para os Cursos de Graduação em Turismo e Hotelaria*, com o objetivo de colaborar para a melhoria da qualidade do ensino superior. Esta obra teve o apoio da ABDETH - Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e de Hotelaria, na pessoa de seu presidente Professor José Ruy Veloso Campos, e da ABBTUR - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo, presidida na época pelo Professor Miguel Bahl.

Em 3 de junho de 1997 a ABDETH e a ABBTUR reuniram-se para discutir a formação de um novo currículo mínimo para os cursos de turismo e hotelaria. A proposta foi encaminhada pela SESu/MEC ao Conselho Nacional de Educação para apreciação. Também se estabeleceram novas estruturas para os cursos de Bacharelado em Turismo e em Hotelaria como descreve Ansarah (2002, p. 51):

Estrutura do Curso de Bacharelado em Hotelaria

Carga horária mínima: 3.000 horas.

Duração: mínimo de 4 e máximo de 7 anos.

Disciplinas de Formação Básica: 25 %

Disciplinas de Formação Profissional: 45%

Disciplinas de Formação Complementar: 15%

Estágio obrigatório: 15%

Obrigatoriedade de laboratórios de Alimentos e Bebidas e de Hospedagem

Estrutura do Curso de Bacharelado em Turismo

Carga horária mínima: 3.000 horas.

Duração: mínimo de 4 e máximo de 7 anos.

Disciplinas de Formação Básica: 25 %

Disciplinas de Formação Profissional: 45%

Disciplinas de Formação Complementar: 20%

Estágio obrigatório: 10%

Estas estruturas foram adotadas até perder sua validade com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases (Anexo IV), documento norteador para todos os cursos de graduação no país.

Em 1998, o Diário Oficial N.103 de junho, publica uma deliberação da Embratur que valoriza o profissional de turismo egresso de Instituições de Ensino Superior, reproduzido na íntegra no anexo III.

Em abril de 1999 Marília Gomes dos Reis Ansarah, então membro da Comissão de Especialistas em Administração representante das áreas de Turismo e Hotelaria, elabora o *Manual de Orientação para Avaliação "in loco" das Condições de Reconhecimentos dos Cursos de Turismo e Hotelaria* para que os consultores *ad hoc* não utilizassem mais o Manual de Administração (MATIAS, 2002).

Em 14 de junho de 2000 é criada a Comissão de Especialistas em Turismo - CEETUR/SESu/MEC, publicação no Diário Oficial da União N. 1518, tendo como primeiros membros Luiz Gonzaga Godoi Trigo, Miguel Bahl e Mirian Rejowski.

Em 2001 a Comissão de Especialistas em Turismo revisa o *Manual de Orientação para Avaliação "in loco" das Condições de Reconhecimentos dos Cursos de Turismo e Hotelaria* (MATIAS, 2002).

Em 2002 o Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação apresenta o Projeto de Resolução aprovado em 12/12/2001, Parecer CNE/CES 1.366, que dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores,

normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior que institui:

COMITÊ ASSESSOR DA SESu/MEC

Art.13. Os Comitês Assessores terão características, missões e procedimentos de trabalho descritos a seguir:

§1º. Os comitês deverão ser organizados por grande área de conhecimento, sendo integrados por até 30 (trinta) membros titulares de demais integrantes *ad hoc*, escolhidos de forma a garantir representação acadêmica das respectivas subáreas do conhecimento e dos profissionais não acadêmicos que atuem na área.

[...]

§2º. A composição dos comitês será formalizada por nomeação do titular da SESu/MEC, ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e obedecerá a critérios de titulação acadêmica e experiência em docência, experiência profissional não acadêmica e experiência em cargos de direção acadêmica.

Ansarah (2002) afirma que os cursos superiores no Brasil passam por um longo e complicado caminho burocrático até serem implementados.

As instituições isoladas precisam enviar a solicitação da proposta do curso oferecido para a Secretaria de Educação Superior do MEC e, aprovado conforme os parâmetros do MEC, passar pela avaliação de consultores *ad hoc* das Comissões de Especialistas de Ensino em Turismo, que emitem um parecer consultivo, sendo o parecer final do Conselho Nacional de Educação do MEC. O mesmo processo ocorre para o reconhecimento do curso, na conclusão da primeira turma, cujo parecer final, atualmente, é do Instituto Nacional do Ensino Superior (Inep). (ANSARAH, 2002, p. 57).

No entanto, este processo 'longo e burocrático' não garante cursos superiores de ensino de qualidade - qualidade esta que está no caminho inverso da quantidade de cursos abertos na última década.

A grande maioria de IES em funcionamento hoje no Brasil é privada. Nos níveis iniciais da educação, Ensino Fundamental e Ensino Médio, as instituições privadas normalmente oferecem uma formação de melhor qualidade quando comparadas a escolas públicas. Era de se esperar que o mesmo ocorresse no Ensino Superior.

Teoricamente as IES privadas deveriam oferecer estrutura humana, física, administrativa e pedagógica com padrões superiores às IES públicas.

Mas a realidade é bastante adversa. Como em qualquer negócio, em que o que importa é o lucro, que não está diretamente relacionado à qualidade do produto comercializado, proliferam instituições de qualidade duvidosa que oferecem cursos ainda mais duvidosos. Diante da 'lei da oferta e da procura', a disputa entre as IES privadas por alunos tem gerado a criação de todos os tipos de 'invenções' pedagógicas, que passam de processo seletivo simplificado à oferta de cursos presenciais em tempo reduzidíssimo e com atividades letivas esporádicas.

Educação superior de qualidade em qualquer área, e especialmente em Turismo, requer professores e instituições de ensino intrinsecamente comprometidos com a formação de profissionais competentes e prontos para assumir seu lugar no mercado de trabalho, seja atuando como prestador de serviços, seja participando da academia com estudos mais aprofundados sobre os fenômenos turísticos.

É óbvia a diferença entre a atividade prática do Turismo e a pesquisa científica a respeito do fenômeno turístico. Trabalhar ou ser profissional de turismo significa desempenhar alguma função dentro dos vários componentes da oferta turística. Pode ser prestando serviços para equipamentos turísticos, ou fazendo parte de estruturas administrativas responsáveis pelo planejamento, execução e controle da oferta e demanda, criando roteiros de atrativos ou revitalizando os existentes, sejam eles naturais ou culturais. Já estudar turismo é entender o fenômeno turístico e suas implicações, as relações entre o turista e a população visitada, os impactos da chegada de contingentes de não residentes no meio ambiente no seu sentido amplo, que abrange natureza e cultura (BARRETO; TOMIO; SGROTT; PIMENTA, 2002).

Hoje o curso de turismo desponta no cenário educacional como uma das graduações mais promissoras e disputadas nos vestibulares. Com uma mão de obra já formada de 14.481 turismólogos, segundo dados do Censo da Educação Superior - 2005, elaborado pelo Inep/MEC, espalhados pelo Brasil, constituem uma verdadeira massa crítica capaz de pressionar as esferas governamentais para o estudo científico do turismo e a necessidade da regulamentação profissional.

Diante desses fatos, pode-se afirmar que desde os primeiros cursos de turismo implantados nos anos 1970 até o presente, avanços significativos nos estudos do fenômeno turístico como ciência foram alcançados; graças a incansáveis professores, estudantes, turismólogos e profissionais, de outras áreas, que dedicaram suas vidas a pensar e entender o fenômeno turístico. Mesmo sendo objeto de comentários por vezes maldosos ou irônicos por parte de outros membros da academia, estas pessoas agiram como pioneiras no estudo do turismo, foram exemplares. Mesmo enfrentando preconceitos, estes profissionais ganharam respeitabilidade e ajudaram a criar as bases de um curso essencial às necessidades nacionais.

O desenvolvimento do turismo interessa como a atividade econômica não apenas aos setores diretamente envolvidos, mas praticamente a toda sociedade brasileira em geral. Já se sabe que falar em Turismo hoje não se resume à mera oferta de meios de hospedagem, transporte, alimentação e entretenimento. Na base, estão mais de cinquenta atividades geradoras de emprego e renda, não só na cultura e no artesanato, mas também outras que justificam o interesse de todos.

3. PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS - PESQUISA CIENTÍFICA

Para Ferreira (1983, p. 984) pesquisar é um verbo transitivo direto que significa buscar com diligência, inquirir, indagar, informar-se acerca de, investigar, ou simplesmente, fazer pesquisa.

Porém, para que uma pesquisa seja qualificada como científica são necessários procedimentos e técnicas adequadas para obtenção de dados relevantes ao conhecimento e compreensão de um dado fenômeno. De acordo com Dencker (1998) a metodologia científica é a maneira concreta de realizar a busca do conhecimento. O método é geral e estabelece o que fazer e as técnicas de como fazer.

Para que seja pesquisa científica, segundo Marinho (2003, p. 18), é preciso que

... se adote uma metodologia meticulosa, compreendendo uma série de etapas encadeadas segundo uma seqüência rigorosamente lógica, com certa rigidez quanto a seleção da amostra, e um controle sistemático no que se refere à validade interna e externa na técnica operacional do trabalho. (MARINHO, 2003, p. 18)

O conhecimento obtido pela investigação científica contribuirá para ampliação do conhecimento já acumulado, bem como a construção, reformulação e transformação de teorias científicas.

Ainda segundo Dencker, (1998) através da pesquisa chega-se a um conhecimento novo ou totalmente novo, isto é, o pesquisador pode aprender algo que ignorava anteriormente, porém já conhecido por outro, ou chegar a dados desconhecidos por todos. Pela pesquisa, chega-se a uma maior precisão teórica sobre os fenômenos ou problemas da realidade.

Para iniciantes em pesquisa científica, o mais importante deve ser a ênfase, a preocupação na aplicação dos métodos científicos, do que propriamente a ênfase nos resultados obtidos. Um dos objetivos de pesquisadores principiantes deve ser a aprendizagem quanto à forma de percorrer os fazeres da pesquisa científica e a operacionalização de técnicas de investigação. À medida que o pesquisador amplia seu amadurecimento na utilização de procedimentos científicos, torna-se mais hábil e

capaz de realizar pesquisas científicas. Isto significa que a persistência é necessária e que o lema é aprender fazendo. Não existem receitas mágicas para a realização de pesquisas. O pesquisador precisa ter em mente que toda a investigação pode possuir resultados falíveis. Não se deve desencorajar frente às dificuldades surgidas no processo de pesquisa. “É melhor ter trabalho de pesquisa imperfeito a não ter trabalho nenhum” (RICHARDSON, 1985, p. 15).

Pesquisas devem contribuir para formação de uma consciência crítica ou um espírito científico no pesquisador. O estudante, apoiando-se em observações, análises e deduções interpretadas através de uma reflexão crítica, pode paulatinamente formar seu espírito científico.

A maioria dos autores concorda que as pesquisas científicas se dividem em três grandes grupos: pesquisas descritivas, explicativas e exploratórias.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), tem como objetivo a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, através de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e observação sistemática. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar características de um determinado grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc. Pesquisas descritivas também podem ter por objetivo investigar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Pesquisas explicativas, segundo o mesmo autor, são as que identificam fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Este tipo de pesquisa é o mais complexo e delicado, uma vez que os riscos de que erros ocorram aumenta consideravelmente. A pesquisa explicativa é uma pesquisa que aprofunda o conhecimento da realidade, explica a razão e o porquê das coisas (MARCONI; LAKATOS, 1986).

No caso da presente pesquisa, de acordo com os objetivos propostos, trata-se de uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002) este tipo de pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema, e além de pesquisa de campo, vale-se do auxílio

de levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema, e análise de exemplos que contribuem para melhor compreensão do tema. Dencker (1998) afirma que a pesquisa exploratória tem por finalidade aprimorar idéias e descobrir intuições. Sua principal característica é possuir um planejamento flexível. Ambos os autores concordam que as pesquisas exploratórias são as mais adequadas para pesquisas bibliográficas ou para estudos de caso.

3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica, como o próprio nome já diz, é aquela que busca se apoiar na bibliografia existente sobre o assunto que está sendo pesquisado. Dencker (1998, p. 75) explica que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já editado, como livros e artigos científicos”. Este tipo de pesquisa se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado.

Na pesquisa bibliográfica para efetivação da monografia, dissertação ou tese, o pesquisador não é um simples consulente de livros e revistas na biblioteca. É um operador decidido em busca das fontes. É tão importante identificar os tipos dessas fontes - livros em circulação, de referência, periódicos, documentos governamentais -, quanto utilizar os diversos serviços bibliotecários postos à disposição do usuário (BOAVENTURA, 2004, p. 69).

Boaventura (2004) explica que para realizar uma boa pesquisa bibliográfica, é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhadas por outros estudiosos assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados. Nesse sentido, é relevante buscar publicações catalogadas em bibliotecas, editoras, Internet, videotecas, etc.

Na formação do acadêmico, a pesquisa bibliográfica é de grande eficácia porque lhe permite obter uma postura científica quanto à produção acadêmica existente; auxilia na elaboração de relatórios e trabalhos acadêmicos além de preencher lacunas do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Gil (1999) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa

parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam a ser desenvolvidas quase exclusivamente com fontes bibliográficas.

3.2 PESQUISA DE CAMPO

Na pesquisa de campo, segundo Lakatos e Marconi (1986), o pesquisador assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados no local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos. O trabalho de campo se caracteriza pelo contato direto com o fenômeno de estudo. A partir do uso de técnicas como observação, participante ou não participante, entrevistas, questionários, coleta de depoimentos, estudos de caso, o pesquisador busca as informações sobre o objeto de estudo. A pesquisa de campo favorece o acúmulo de informações sobre fenômenos, mas requer procedimentos metodológicos previamente estabelecidos e apresentados no anteprojeto de pesquisa.

A pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com a simples coleta de dados (...) é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado (TRUJILLO, 1982, p. 229).

Esse tipo de pesquisa é amplamente utilizado em estudos na sociologia, antropologia, política, psicologia social, serviço social e em várias outras áreas do conhecimento, mas é especialmente recorrente nos estudos em Turismo. Segundo Gil (2002) o estudo de campo apresenta algumas semelhanças com o levantamento, porém não com o mesmo alcance, uma vez que através da coleta de dados de componentes de um campo pesquisado um levantamento possibilita a caracterização exata de seus segmentos, através da precisão estatística da descrição dos dados.

Em pesquisas de campo, é comum o uso de questionários ou entrevistas. A escolha do instrumento de pesquisa dependerá do tipo de informação que se deseja obter ou tipo de objeto de estudo. No caso desta pesquisa o instrumento escolhido foi a entrevista e o campo a ser pesquisado são as 09 Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de bacharelado em Turismo em Curitiba.

O pesquisador deve ter como preocupação, ao elaborar o seu instrumento de investigação, determinar o tamanho, o conteúdo, a organização e a clareza da apresentação das questões, a fim de estimular o informante a responder (DENCKER, 1998).

O roteiro da entrevista pode possuir perguntas fechadas ou abertas e ainda a combinação dos dois tipos. Perguntas fechadas são aquelas questões que apresentam categorias ou alternativas de respostas fixa, perguntas abertas são aquelas que o informante responde livremente.

Na fase de coleta de dados, o pesquisador registra os dados obtidos para depois passar ao processo de classificação e categorização. Nesse momento, os dados são examinados e transformados em elementos importantes para a comprovação ou não de hipóteses. Antes de passar para a fase da interpretação, é necessário que o pesquisador examine os dados, ou seja, ele deve submetê-los a uma análise crítica, observando falhas, distorções e erros. Uma vez selecionados os dados possíveis para análise e interpretação, os passos seguintes são: a classificação, a codificação e a tabulação (LAKATOS; MARCONI, 1986).

3.3 ESTUDO DE CASO

O método escolhido para este trabalho foi o estudo de caso unido à pesquisa descritiva, pois como explica Engel (1996) este tipo de investigação se concentra em um exemplo único de uma classe de objetos ou entidades; no caso desta pesquisa: cursos de graduação em Turismo de Curitiba. O conhecimento produzido neste tipo de pesquisa é uma descrição e análise intensiva e holística do objeto de estudo.

O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores são iniciantes, ou quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real. (RODRIGUES, 2005, p. 29)

Rodrigues (2005) afirma que o estudo de caso é o estudo profundo de um ou mais objetos, a fim de conhecê-los ampla e detalhadamente. Sua maior utilidade

pode ser vista em pesquisas de cunho exploratório ou em pesquisas descritivas. É uma técnica flexível e recomendável nas primeiras fases de uma investigação de um tema complexo, ou quando o objeto de estudo já é conhecido o bastante a ponto de ter o seu tipo ideal determinado. De acordo com Young (1960) estudo de caso é

... um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação (YOUNG, 1960, p. 269 *apud* GIL, 2002, p. 78).

Segundo Dencker (1998, p. 53) o estudo de caso permite o “conhecimento profundo dos processos e das relações sociais”. A autora continua explicando que a técnica do estudo de caso é recomendada na fase inicial das investigações, para a construção de hipóteses ou reformulações do problema, que no caso do presente projeto é conhecimento dos dados referentes aos cursos de graduação em Turismo de Curitiba.

O estudo de caso possibilita flexibilidade e não permite generalização dos resultados. Segundo os autores pesquisados, o objeto do estudo de caso pode ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações ou uma situação. Mais uma vez esta definição se aplica ao estudo proposto, pois propõe uma pesquisa descritiva-exploratória dos cursos de Turismo apenas das Instituições de Ensino Superior situadas em Curitiba.

Também a definição de Gil (1991) se enquadra ao presente projeto pelas características explicadas acima, pois para este autor o estudo de caso “caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de modo que permita seu detalhamento”.

3.4 COLETA DE DADOS

No total são 10 os Cursos de Turismo em funcionamento em Curitiba, no momento (Anexo V). No entanto, um deles foi descartado porque possui características adversas às que se foram pré-definidas neste estudo, pois é um curso de bacharelado em Turismo e Hotelaria e o foco escolhido para esta pesquisa são

cursos exclusivamente de Turismo. A pesquisa foi realizada com os coordenadores dos cursos, ou com seus representantes, além dos sites das Instituições de Ensino. Foram coletados dados quantitativos primários e secundários, através de contatos telefônicos, via e-mail e entrevistas *in loco*.

Em primeiro lugar procurou-se obter dados relativos ao funcionamento dos cursos, como ano de abertura e reconhecimento, número de turmas, número de vagas ofertadas, número de alunos matriculados. Em segundo lugar foram coletados dados referentes à infra-estrutura ofertada aos alunos como agências modelo e laboratórios. A terceira parte da pesquisa teve como foco eventos de extensão acadêmica e finalmente a última parte, e a mais significativa, teve como objetivo coletar dados detalhados sobre o corpo docente de cada instituição de ensino.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O Objetivo Geral deste trabalho foi a realização de um estudo descritivo da estrutura acadêmica dos Cursos de Bacharelado em Turismo em Curitiba visando gerar um quadro atualizado sobre a situação do ensino superior em Turismo. Faz-se necessário esclarecer que o presente trabalho não tem a pretensão de discutir a relação entre estrutura e qualidade dos cursos pesquisados nem tampouco estabelecer juízos de valor absolutos ou comparativos entre as Instituições de Ensino.

Uma análise qualitativa da estrutura acadêmica extrapola o escopo de um trabalho *lato sensu*, como é o caso da presente monografia. Por este motivo, os dados coletados serão apenas apresentados e não discutidos ou analisados; esta análise poderá ser realizada posteriormente em um estudo de caráter *stricto sensu*.

4.1 CRONOLOGIA DE ABERTURA DOS CURSOS DE TURISMO EM FUNCIONAMENTO EM CURITIBA

1978 - O primeiro curso de Turismo é aberto na UFPR.

1997 - O curso de Turismo é criado na UTP.

1998 - Faculdades Curitiba iniciam o curso de Bacharelado em Turismo.

1999 - A OPET, a PUC e a UNICEMP inauguram seus cursos de Turismo.

2000 - Abre o Curso na FACINTER.

2001 - As Faculdades Santa Cruz iniciam com o curso de Bacharelado em Turismo.

2002 - A UNIBRASIL abre, também, suas portas para o Turismo.

O primeiro curso de Turismo de Curitiba é aberto apenas 07 anos depois do primeiro curso de Turismo do Brasil, seguindo uma tendência já comentada (na página 11) das décadas de 70 e 80. Por 19 anos o curso da UFPR foi a única opção para quem quisesse cursar Turismo em Curitiba.

4.2 NÚMERO DE VAGAS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A UFPR oferece apenas 44 vagas anuais e somente no período noturno; como eram as únicas vagas de 1978 a 1987, a concorrência por elas no vestibular da

Universidade Federal atingiu patamares superiores a cursos como Medicina e Direito na segunda metade dos anos 1990.

Tanta procura pelo curso chamou a atenção de Instituições de Ensino Superior do setor privado. Em apenas dois anos cinco novos cursos foram abertos e 700 novas vagas foram criadas nos períodos diurno e noturno. Nos dois anos seguintes, mais três cursos são abertos em Curitiba e mais 300 vagas são ofertadas. Atualmente, 1044 vagas são abertas anualmente em Curitiba em nove Instituições de Ensino Superior para o curso de Bacharelado em Turismo.

4.2.1 Tabela III - VAGAS ANUAIS

Instituição	Total
UFPR	44
UNIBRASIL	50
FACINTER	100
OPET	100
UTP	100
PUC-PR	120
UNICEMP	140
SANTA CRUZ	150
UNICURITIBA	240

A UFPR, a única IES pública e a que oferece o menor número vagas anuais, foi a única a confirmar o preenchimento total das vagas ofertadas. Alguns coordenadores não souberam precisar a porcentagem de vagas remanescentes, mas a grande maioria afirmou que mais de 75% das vagas são preenchidas.

4.2.2 Tabela IV - VAGAS POR TURNO

Instituição	Diurno	Noturno
UFPR	0	44
UNIBRASIL	0	50
FACINTER	0	100
OPET	0	100
UTP	0	100
PUC-PR	60	60
UNICEMP	70	70
SANTA CRUZ	0	150
UNICURITIBA	120	120

Das nove instituições de ensino pesquisadas apenas três oferecem o curso de Bacharelado em Turismo pela manhã. Das outras seis que têm somente cursos noturnos, a UFPR é a única a iniciar as aulas às 18:30, todas as demais iniciam suas atividades às 19:00.

4.2.3 Tabela V - VAGAS POR SEMESTRE

Instituição	1º	2º
UFPR	44	0
UNIBRASIL	50	0
FACINTER	50	50
OPET	50	50
UTP	50	50
PUC-PR	60	0
UNICEMP	70	0
SANTA CRUZ	100	50
UNICURITIBA	120	120

Os coordenadores dos cinco cursos que têm vestibular duas vezes por ano, responderam que as turmas que iniciam em agosto são, normalmente, mais cheias do que as que iniciam em fevereiro, isto acontece porque no início do ano há mais opções para os vestibulandos.

4.3 Tabela VI - TURMAS EM ANDAMENTO

Instituição	Turmas	Média de alunos por turma
UFPR	08	45
UNIBRASIL	03	20
FACINTER	04	35
OPET	09	20
UTP	06	25
PUC-PR	08	35
UNICEMP	08	45
SANTA CRUZ	05	35
UNICURITIBA	05	25

A média de turmas em andamento nas nove IES em Curitiba é de 6,2 com uma média de 31,6 alunos por turma.

A média de alunos por turma e o número de turmas em andamento foram informadas pelos próprios coordenadores dos cursos, com exceção dos cursos da UFPR e da UNICURITIBA; quem informou sobre o número de turmas e a média de alunos por turma nestas duas instituições foram as secretárias dos cursos.

A secretária do DETUR - Departamento de Turismo - da UFPR afirmou que o número de alunos por turma é superior ao número de vagas ofertadas anualmente por conta do PROVAR.

O PROVAR é um programa do Governo Federal que visa a ocupação de vagas ociosas das Universidades Federais. Alunos cursando faculdades privadas podem concorrer a vagas ofertadas pelo PROVAR.

4.4 ESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS

Apenas uma das nove faculdades pesquisadas oferece o curso com uma grade curricular anual, todas as demais são semestrais. Mas o número de semestre em que se pode concluir o curso de Turismo em Curitiba é bastante diversificado. Em três IES o curso tem duração de oito semestres, em duas o curso dura sete semestres e em três pode-se concluir o curso em apenas seis semestres.

Cursos com duração de seis semestres são uma tendência nas instituições de ensino privadas, com a aprovação do MEC para este tipo de curso superior, a concorrência pela preferência dos alunos acaba por limitar o tempo de permanência destes na academia, limitando também as grades curriculares. Dois dos cursos de seis semestres estão em fase de adaptação de currículos, pois eram cursos de oito períodos a passaram a ser de apenas seis.

4.4.1 Tabela VII - DURAÇÃO DOS CURSOS

Instituição	Duração
UFPR	08 semestres
UNIBRASIL	07 semestres
FACINTER	07 semestres
OPET	08 semestres
UTP	06 semestres
PUC-PR	06 semestres
UNICEMP	04 anos
SANTA CRUZ	06 semestres
UNICURITIBA	08 semestres

Não só o tempo de duração dos cursos é diversificado mas as grades curriculares também diferem completamente umas das outras. Apenas para exemplificar esta diversidade de grades curriculares foram escolhidas três grades, uma de seis semestres, uma de sete e uma de oito semestres. A intenção não é discutir ou analisar estas grades, mas apenas ilustrar o exposto. As três grades curriculares são de cursos de Bacharelado em Turismo e, segundo os coordenadores destes cursos, estão atualizadas. Os nomes das três instituições não têm relevância para esta exposição e portanto não serão revelados.⁵

4.4.2 Tabela VIII - GRADE CURRICULAR DE SEIS SEMESTRES

1º Período	2º Período
Teoria Geral do Turismo I	Teoria Geral do Turismo II
Agenciamento Turístico I	Agenciamento Turístico II
Sistemas de Transportes I	Sistemas de Transportes II
Português Instrumental I	Português Instrumental II
Inglês Aplicado ao Turismo I	Inglês Aplicado ao Turismo II
Geografia I	Geografia II
Cultura Religiosa	Processos do Conhecer
Gastronomia e Turismo I	Gastronomia e Turismo II
Patrimônio Turístico I	Patrimônio Turístico II

⁵ Todas as instituições de ensino pesquisadas disponibilizam suas grades curriculares no sites.

3º Período	4º Período
História I	História II
Sociologia e Turismo I	Sociologia e Turismo II
Administração em Turismo I	Administração em Turismo II
Espanhol I	Espanhol II
Meio Ambiente e Turismo I	Meio Ambiente e Turismo II
Produtos e Roteiros Turísticos I	Produtos e Roteiros Turísticos II
Filosofia	Ética
Organização e Eventos I	Organização de Eventos II
Economia I	Economia II
Projeto Comunitário	

5º Período	6º Período
Hotelaria I	Hotelaria II
Marketing e Turismo I	Marketing e Turismo II
Planejamento e Organização I	Planejamento e Organização II
Geografia do Turismo I	Geografia do Turismo II
Lazer e Recreação I	Lazer e Recreação II
História da Arte I	História da Arte II
Estatística Aplicada I	Estatística Aplicada II
TCC I	TCC II
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II
Noções de Direito Aplicado I	Noções de Direito Aplicado II

4.4.3 Tabela IX - GRADE CURRICULAR DE SETE SEMESTRES

Primeiro Período	Segundo Período
Teoria Geral do Turismo	Psicologia e Trabalho
Fundamentos de Economia	Conjuntura Econômica Contemporânea
Fundamentos de Administração	Sistemas de Informação para Gestão de Organizações
Filosofia	Fundamentos de Ciências Sociais
Fundamentos de Contabilidade	Gestão e Organização de Eventos

Terceiro Período	Quarto Período
Meios de Hospedagem	Língua Espanhola I
Geografia e Turismo	Estatística Aplicada

Matemática Financeira	Espaço Turístico
Direito Público e Privado	Gestão de Marketing
Planejamento em Organizações	Planejamento e Organização do Turismo

Quinto Período	Sexto Período
Língua Espanhola II	Turismo e Meio Ambiente Natural
Tratamento de Informações em Base de Dados	Agências de Turismo e Transporte
Gestão de Pessoas	Lazer e Entretenimento
Gestão de Empreendimentos	História e Turismo
Metodologia da Pesquisa	Gastronomia e Turismo
	Estágio Supervisionado I

Sétimo Período
Gestão Pública e Turismo Responsável
Turismo e Patrimônio Cultural
Tópicos Especiais em Turismo
Estágio Supervisionado II
Disciplina de Orientação Livre

4.4.4 Tabela X - GRADE CURRICULAR DE OITO SEMESTRES

1º Período	2º Período
Comunicação Oral e Escrita	Aspectos Econômicos do Turismo
Metodologia Científica	História do Paraná
História do Brasil	Espaço Turístico
Laboratório de Espanhol I	Laboratório de Espanhol II
Geografia Aplicada ao Turismo	Aspectos da Adm. Aplicados ao Turismo
Fundamentos do Turismo	Sociologia Aplicada ao Turismo

3º Período	4º Período
Patrimônio Turístico das Américas	Laboratório de Inglês I
Lazer e Animação Turística	Tec. da Informação Aplicada ao Turismo
Sistema Integrado do Turismo - Sistur	Patrimônio Turístico da Europa e África
Planejamento e Organização de Eventos	Direito e Legislação Turística
Psicologia Aplicada ao Turismo	Relações Humanas e Com. em Turismo
Laboratório de Espanhol III	Marketing Turístico

5º Período	6º Período
Alimentos e Bebidas	Planejamento e Organização do Turismo I
Agenciamento e Operação Turística	Transportes em Turismo
Turismo em Áreas Naturais I	Turismo em Áreas Naturais II
Laboratório de Inglês II	Laboratório de Inglês III
Meios de Hospedagem e Dep. Técnicos	Arte e Cultura Popular
Patrimônio Turístico da Ásia e Oceania	Planejamento e Desenvolvimento de Hotéis
	Gestão Empreendedora em Turismo

7º Período	8º Período
Estatística Aplicada ao Turismo	Ava. e Elab. de Proj. Turísticos (TCC)
Orientação de Estágio supervisionado I	Orientação de Estágio supervisionado II
Estágio Supervisionado I (em campo)	Estágio Supervisionado II (em campo)
Empreendimentos Temáticos em Turismo	Atividades extracurriculares
Métodos e Téc. de Pesquisa em Turismo	
Tópicos Especiais em Turismo	
Planejamento e Organização do Turismo II	

4.5 QUADRO DOCENTE⁶

Com relação à composição do quadro docente a UFPR desequilibra as estatísticas, uma vez que 100% dos professores do Departamento de Turismo da UFPR - DETUR - são bacharéis em Turismo; mas os alunos não têm aulas somente com professores do DETUR.

A Universidade Federal do Paraná é dividida em departamentos, e muitos cursos têm professores locados em departamentos diferentes. Por exemplo, os alunos do curso de Turismo da UFPR têm aulas também com professores do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, do Departamento de Geografia e do Departamento de História.

⁶ A UNICURITIBA não entrará nos cálculos estatísticos desta seção. Depois de várias tentativas de contato via telefone e via e-mail, não foi possível entrevistar a coordenadora do curso; a secretária que respondeu a primeira parte da entrevista não tinha dados sobre o corpo docente.

4.5.1 Tabela XI - NÚMERO DE BACHARÉIS E NÃO BACHARÉIS NOS CURSOS DE CURITIBA

Instituição	Total de docentes	Bacharéis em Turismo	Não bacharéis em Turismo
UFPR	14	14	-
UNIBRASIL	18	04	14
FACINTER	23	06	17
OPET	15	06	09
UTP	21	05	16
PUC-PR	23	09	14
UNICEMP	18	05	13
SANTA CRUZ	15	06	09

Com exceção da UFPR, são, em média, 5 professores bacharéis para cada 13 não bacharéis em turismo atuando nos cursos de Turismo de Curitiba. Parece pouco, mas não é uma média tão baixa, considerando-se que além das matérias específicas do Turismo, as grades curriculares dos cursos incluem matérias das áreas de História, Geografia, Língua Estrangeira, Estatística, Administração, entre outras e, portanto, precisam de professores de outros campos do conhecimento.

4.5.2 TITULAÇÃO DOS DOCENTES⁷

O número de docentes e a titulação destes varia de instituição para instituição, mas todas têm professores no mínimo especialistas. Isto demonstra o grau de exigência das IES com relação ao quadro docente.

4.5.2.1 Tabela XII - TITULAÇÃO DOS DOCENTES NÃO BACHARÉIS EM TURISMO

Instituição	Especialistas	Mestres	Doutores
UNIBRASIL	08	05	01
FACINTER	-	13	04
OPET	04	04	01
UTP	03	09	04
PUC-PR	05	08	01
UNICEMP	03	08	02
SANTA CRUZ	05	04	-

Entre os docentes que não são bacharéis em Turismo, deve-se ressaltar que 04 deles são mestres em Turismo.

⁷ Foi considerada somente a maior titulação.

4.5.2.2 Tabela XIII - TITULAÇÃO DOS DOCENTES BACHARÉIS EM TURISMO

Instituição	Especialistas	Mestres	Doutores
UFPR	04	07	03
UNIBRASIL	02	02	-
FACINTER	05	01	-
OPET	06	-	-
UTP	05	-	-
PUC-PR	02	06	01
UNICEMP	01	03	01
SANTA CRUZ	04	02	-

Entre os professores que atuam nos cursos de Turismo de Curitiba que são Bacharéis em Turismo há 09 doutorandos e três mestrados, isto significa que em dois anos a titulação dos professores bacharéis em Turismo será ainda mais alta.

A grande maioria dos bacharéis que continuaram seus estudos acadêmicos não o fez na área específica do Turismo: dos 21 mestres, apenas 06 têm mestrado em Turismo. As áreas mais recorrentes são Administração, Geografia e História. Destes 06 mestres em Turismo somente 02 fizeram seus cursos em um programa de pós-graduação no Brasil. Dois fizeram seus cursos de mestrado na Espanha e um nos Estados Unidos.

E este quadro não poderia ser diferente dado o baixíssimo número de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo no Brasil: apenas cinco, sendo três destes privados, e somente dois cursos de mestrado em Turismo no Brasil todo são públicos (Anexo II).

Mas por que os cursos de pós-graduação em Turismo não acompanham o sucesso dos cursos de Bacharelado? Por que há tão poucas opções para quem quer continuar seus estudos na área do Turismo?

Talvez não haja ainda corpo docente preparado para ministrar aulas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, mas esta é uma questão difícil de resolver, pois quanto menor o número de programas de pós-graduação mais difícil será a formação de um corpo docente com uma formação acadêmica sólida.

No entanto, há esperança de que este quadro esteja bastante diferente no futuro próximo. Hoje são apenas quatro bacharéis em Turismo com doutorado, em dois anos serão 13 doutores; destes, sete somente na Universidade Federal do Paraná; número mais do que suficiente para se iniciar um programa de mestrado em Turismo aqui mesmo em Curitiba.

Num cálculo rápido, considerando-se somente os egressos da UFPR, a fundação do curso de bacharelado em Turismo acontece em 1978, então a primeira turma se forma em 1982; isto significa que 25 turmas já se formaram até o presente. A UFPR oferece 44 vagas anualmente, estimando-se uma evasão de 20% (média da grande maioria dos cursos da UFPR), pode-se considerar que 35 alunos se graduaram bacharéis por ano; significa que cerca de 840 novos bacharéis em Turismo se formaram somente na UFPR nos últimos 25 anos.

Portanto, público para programas de mestrado em Turismo não falta, o que falta são mais programas, mais acessíveis e com mais linhas de pesquisa. Este seria um grande passo para a consolidação do Turismo como uma ciência, devidamente pesquisada e estudada na academia.

4.6 INFRA-ESTRUTURA DOS CURSOS

Com relação à infra-estrutura pode-se afirmar que os cursos de bacharelado em Turismo de Curitiba estão preparados para atender as expectativas de seus acadêmicos.

Apenas três, dos nove cursos pesquisados, não possuem agência modelo. Em seis cursos os alunos podem aprender na prática as teorias das aulas de agenciamento.

Além das agências modelo (ou agência escola), os cursos também têm Núcleos de Eventos. Cinco, dos nove cursos de bacharelado em Turismo, têm núcleos de eventos. Há um dos cursos que afirma ter ênfase em eventos. Ter a oportunidade de trabalhar nos núcleos de eventos é um ótimo treino para quem quer ingressar nesta ramificação do Turismo que cresce de forma considerável em nossa cidade.

Todos os cursos têm laboratórios para atividades acadêmicas. Os mais comuns são os laboratórios de informática, que são, normalmente, compartilhados com os demais acadêmicos da instituição; três cursos têm laboratórios de lazer e recreação, normalmente também utilizados pelos alunos de Educação Física; duas faculdades afirmaram possuir laboratórios especiais para aulas de gastronomia, ou Alimentos e Bebidas; estes laboratórios também são utilizados por cursos de Nutrição.

4.6.1 Tabela XIV - LABORATÓRIOS PARA ALUNOS DOS CURSOS DE TURISMOS DE CURITIBA

Instituição	Laboratórios
UFPR	01
UNIBRASIL	02
FACINTER	08
OPET	03
UTP	02
PUC-PR	02
UNICEMP	06
SANTA CRUZ	01
UNICURITIBA	não informou

4.7 EVENTOS ACADÊMICOS

Os eventos acadêmicos são - ou ao menos deveriam ser - a verdadeira vitrine de um curso de Turismo. Nos eventos mostra-se o que de melhor professores e alunos produzem no âmbito da instituição. Para todos os cursos os eventos são, inegavelmente, um momento especialmente importante para mostrar conteúdos: estudos teóricos, pesquisas em andamento, resultados de pesquisas, projetos e produtos desenvolvidos, relatos de experiências didáticas ou práticas.

Normalmente, pelo caráter científico ou paracientífico, de divulgação e atualização, é no evento acadêmico que melhor se democratiza o conhecimento. Quando aberto à comunidade direta ou indiretamente interessada, acaba envolvendo a todos: professores, alunos dos vários períodos (quando não de várias instituições), estudiosos, profissionais da área.

No caso específico do curso de Turismo porém, há uma característica única, que o distingue de outros cursos quando se trata de um evento acadêmico: é que não somente o evento serve para divulgar conteúdos, mas o próprio evento é um conteúdo - pois planejar, produzir, organizar e realizar eventos é uma das habilidades exigidas a um turismólogo.

Do ponto de vista didático e institucional o evento acadêmico sempre revitaliza teoria e prática de professores e alunos. Ao mesmo tempo em que descentraliza o papel do professor, quebrando uma rotina didática, delega responsabilidades aos alunos, que podem aliar teoria e prática; é uma prática como desdobramento de conhecimento teórico, que exige trabalho em grupo, planejamento e ação conjunta para se atingir um objetivo comum. Num evento acadêmico os alunos sentem a responsabilidade de um profissional com a vantagem de poderem trabalhar sob orientação técnica e poderem corrigir possíveis falhas, para que estas não se repitam futuramente.

Outra vantagem da promoção de eventos acadêmicos é que, via de regra, os alunos entram em contato com nomes importantes de sua área, e estabelecem conexões com pessoas e instituições que poderão render, acadêmica ou profissionalmente, no futuro. Isso sem contar o resultado imediato do evento: dá visibilidade ao curso dentro da Instituição e da própria Instituição no âmbito regional ou nacional.

E, por fim, no caso do curso de Turismo, o caráter científico dos eventos acadêmicos - sejam eles debates, congresso, simpósios, encontros - são um passo a mais no fortalecimento do curso e no reconhecimento do Turismo como ciência.

Coordenadores e professores dos cursos de Turismo de Curitiba demonstram ter conhecimento da importância de eventos acadêmicos nesta área, pois dos itens pesquisados foi o que mais se empenharam em detalhar: todos descreveram com cuidado os eventos que promovem. E não são poucos.

Ao todo são 22 eventos acadêmicos ao ano. Em média cada curso promove ao menos 2 eventos por semestre. Alguns internos de caráter mais particular e outros já

com reconhecimento nacional, com a participação de toda a comunidade científica da área. Há ainda eventos direcionados a empresários do trade turístico, organizados em parceria com órgãos públicos e com a ABBTUR. Muitos coordenadores enfatizaram a relevância de tanto cuidado na organização de eventos acadêmicos para consolidar conhecimentos do fenômeno turístico.

4.7.1 Tabela XV - EVENTOS ACADÊMICOS

Instituição	Eventos por semestre
UFPR	01
UNIBRASIL	01
FACINTER	02
OPET	03
UTP	02
PUC-PR	01
UNICEMP	02
SANTA CRUZ	02
UNICURITIBA	01

Somente os eventos acadêmicos que fazem parte do calendário oficial das IES foram considerados nesta parte da pesquisa.

Outro evento que deve ser destacado é o Fórum de Coordenadores que acontece todos os anos. Questões relevantes para todos os cursos de bacharelado em Turismo são debatidas e algumas ações conjuntas são definidas durante o Fórum.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há 36 anos a primeira turma de futuros turismólogos iniciava uma história de conquistas num mundo acadêmico ainda a ser desbravado. Após um breve entusiasmo inicial, houve uma estagnação que durou pouco mais de uma década. Mas com as transformações sociais assumindo um novo ritmo global, em que o Turismo desponta ao mesmo tempo como fim e como meio de uma cadeia de serviços e produção, a academia, como lugar privilegiado de reflexão e de formação de massa crítica, despertou de vez para a necessidade também da formação de agentes que pudessem operacionalizar as propostas resultantes de tal reflexão crítica. Assim é que os cursos superiores de Turismo têm hoje um dos maiores índices de crescimento nas faculdades brasileiras. Mas felizmente não parece ser um crescimento descontrolado.

Infelizmente, numa realidade capitalista e imediatista, nem sempre a qualidade dos cursos acompanha o ritmo de abertura e oferta de vagas - uma realidade que se multiplica para muito além da área do turismo. A educação - que deveria ser entendida e praticada como processo, portanto serviço - acaba sendo vendida como produto-diploma a compradores-discentes. Mas há indícios positivos de que essa realidade começa a mudar: a exigência de mão-de-obra qualificada por parte do mercado alerta alunos mais conscientes sobre a necessidade de uma verdadeira formação e não a simples obtenção de um diploma. Resultado direto dessa atitude crítica é o recente fechamento de alguns cursos nos últimos dois anos.

Comprovamos, ao longo de nossa pesquisa, que, embora o curso de Turismo ocupe o 9º lugar no ranking dos cursos com mais graduações no Brasil, é um dos últimos colocados no que diz respeito aos níveis de pós-graduação *stricto sensu*. Mesmo após quase quarenta anos de existência do curso de graduação, há apenas cinco programas de mestrado e nenhum de doutorado específico em Turismo. Uma incongruência acadêmica, já que num cálculo aproximado, somente em Curitiba formam-se, por ano, entre 500 e 600 bacharéis em Turismo⁸; ou seja, há público para, ao menos, um Mestrado.

⁸ Considerando-se que são ofertadas mais de 1000 vagas anuais.

Por outro lado, nossos resultados da pesquisa fazem cair por terra alguns lugares-comuns sobre a titulação dos docentes e a estrutura dos cursos de Turismo no Brasil. Tomando como parâmetro a situação atual em Curitiba, percebemos que é significativo o número de mestres atuando nos cursos; já o número de professores doutores⁹ subirá, daqui a dois anos, para 13.

Com relação à estrutura dos cursos, percebemos que todos mantêm laboratórios, agências-escola ou agências-modelo, central de eventos, e promovem ao menos um evento por semestre que faz parte do calendário oficial da instituição. Há lacunas grandes a serem corrigidas no que diz respeito a bibliotecas específicas; mesmo porque, comparativamente a outras áreas há pouca produção bibliográfica, resultado direto do reduzido número de programas de pós-graduação. Uma maior cooperação direta com o mercado real de trabalho, garantida incondicionalmente a autonomia e independência acadêmica-institucional, envolvendo alunos de graduação e pós-graduação, agências-modelo e centrais de eventos seria altamente desejável.

E, por fim - e tudo nos leva a crer que o futuro aponta nessa direção -, a exigência de uma cada vez maior qualificação (titulação) docente levará inevitavelmente a uma maior e melhor produção científica e a uma consolidação do Turismo como ciência social, do trabalho e do ambiente. Tal dimensão do fenômeno turístico deve ser trabalhada e ensinada dentro do contexto de sua cientificidade a ser ainda consolidada e da potencialidade que tal fenômeno possui junto ao mercado de serviços. Há uma responsabilidade da academia de atender as demandas sociais, seja em sua forma mais imediata de formação de bacharéis, seja na demanda mais especializada (menor em número mas não em importância) de qualificar seus bacharéis, passando pela especialização, mas visando em última instância formar mestres e doutores. Para isso responsabilidade deve ser a regra e qualidade o parâmetro.

⁹ Quem é que nunca ouviu a frase, repetida sem variações ao longo dos anos: "São apenas doze doutores em turismo em todo o Brasil!"?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph, 2002.

ANSARAH, Marília; REJOWSKI, Mirian. "Levantamento de dados - cursos superiores de turismo e hotelaria no Brasil". In: *Revista Turismo em Análise*. São Paulo: ECA-USP, v. 5 n.1, 1994, pp:116-128.

_____. "Panorama do ensino em turismo no Brasil: graduação e pós-graduação". In: *Revista Turismo em Análise*. São Paulo: ECA-USP, v. 7 n.1, 1996, pp: 36-61.

ASSIS, E. G. A "Visita Técnica como Recurso Metodológico Aplicado ao Turismo" In: *Revista Turismo*. João Pessoa: I ESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba, v. out, 2004.

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre. Imagens e auto-imagens*. São Paulo: Vozes, 2000.

BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papyrus, 1995.

BARRETO, M .; TOMIO, D; SGROTT, S.; PIMENTA, J. A. "Flexibilização e especialização dos cursos universitários de turismo: prioridade educativa e social." Blumenau: Rev. Divulgação Cultural. a. 24, n. 77, p. 8-15, mai./ago. 2002.

BAUDRILLARD, J. *O Sistema dos objetos*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BICUDO, M. A. e SILVA J. C. (org.). *Formação do educador e avaliação educacional formação inicial a continuada*. São Paulo. Editora UNESP, 1999.

BENETTI, B. "A temática ambiental e os procedimentos didáticos: perspectivas de professores de Ciências". In: *Anais do VIII ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE BIOLOGIA*. São Paulo: FEUSP, 2002.

BONFIM, I. O. B. e FREITAG, M. J. C. "Educação em Turismo: Conhecimento Crítico Vs Técnica" Disponível em: www.universiabrasil.com.br. Acesso em janeiro de 2007.

_____. "Ensino do Turismo e a Formação Profissional em Turismo". Disponível em: www.universiabrasil.com.br. Acesso em janeiro de 2007.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOAVENTURA, E. *Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese*. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANDÃO, A. P. "Lucro rima com educação? A educação e suas representações sociais." In: *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación - ALAIC*. São Paulo: ECA-USP n. 3, 2005, pp 27-65.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília/Congresso Nacional, 21.12.96

BRASIL. Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; o art. 80. *Diário Oficial da União*, Brasília/MEC, 11.02.98

CARDOSO, L. C. *Métodos e técnicas de ensino*. São Paulo: Aleph, 2000.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. "As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades públicas." In: SGUISSARDI, V. (org.). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CATRAMBY, Teresa C. V.; DAIBERT, André B. *Estudo de caso sobre a capacitação docente na área de turismo no estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: www.ivt-rj.net. Acesso em: 22 de junho de 2006.

_____. *Reflexões sobre uma licenciatura específica para o turismo*. Disponível em: www.estudosturisticos.com.br. Acesso em: 20 maio de 2006.

COOPER, Chris et al. *Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade*. Tradução de Rosemary Neves de Sales Dias, Cíntia Kaori Yokota, Laura Martins Arnstein. São Paulo: Roca, 2001b.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

_____. *Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

DOS SANTOS J. F. "O (des)tempero das instituições de ensino superior" Disponível em: www.universiabrasil.com.br. Acesso em novembro de 2006.

DUBOIS, B. *Compreender o consumidor*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

Editorial Jornal O Povo 2003: "Educação como mercadoria, oficialmente" Disponível em: www.universia.com.br. Acesso em agosto de 2006.

FEITOSA, J. *Educação e lucro - a ideologia do lucro e do produto na produção*. Disponível em: www.noticiasdefloriano.com.br. Acesso em agosto de 2006.

FERREIRA, A. B. H. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1983.

FREED, Shirley Ann; ALABY, José A. *Pensar, dialogar, aprender*. São Paulo: Unisa, 2001.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, L. P. "Aprendizagem colaborativa aplicada no curso Técnico em Turismo" *Turismo, informação e debate*. Disponível em www.girus.com.br. Acesso em agosto de 2007.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1986.
- MARINHO, E. M. et al. *O texto científico: diretrizes para elaboração e apresentação*. 3.ed. Salvador: Quarteto, 2003.
- MASCARENHAS, Marcelo Augusto. *Mercado x Ciência: quem será o vencedor no turismo*. Curitiba: VIII ENTL, 2004.
- MATIAS, Marlene. *Turismo: formação e profissionalização - 30 anos de história*. Barueri: Manole, 2002.
- MENESES, J. R. "A Reforma Universitária Necessária" Disponível em: www.adufpbjp.com.br/reforma/02.htm. Acesso em fevereiro de 2007.
- MOESCH, M. "O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação". In: GASTAL, S. (org). *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre. 3º ed. Edipucrs, 2002.
- MÔNACO, V. A. "A difícil arte de ensinar..." In: *Turismo, informação e debate*. Disponível em: www.girus.com.br. Acesso em maio de 2007.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/Unesco, 2001.
- PAPERT, Seymour. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PIAGET, Jean. "A educação da liberdade." In: *Anais do XIII Encontro Nacional de professores do PROEPRE*. Águas de Lindóia: Unicamp - FE-LPG, 1996.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1995.
- REJOWSKI, Mirian; CARNEIRO, Janaina Britto. *Formação e capacitação de recursos humanos em turismo*. In: REJOWSKI, Mirian; COSTA, Benny Kramer (Orgs.). *Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas, 2003.

RODRIGUES, Jarlene. *A situação do Ensino Superior em Turismo no Brasil*. In: BAHL, Miguel. *Mercado turístico: áreas de atuação*. São Paulo: Roca, 2003.

SENICIATO, T.; CAVASSAN, O. "Aulas de campo em ambientes naturais e aprendizagem em ciências – um estudo com alunos do ensino fundamental". In: *Revista Pós UNESEP*. São Paulo: UNESP, v.7, n.14, 1999, p. 23-27.

SGUISSARDI, V. "O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas." In: _____. (org.) *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

TINEU, Rogério. *Reflexões sobre a problemática do ensino superior de turismo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.estudoturísticos.com.br>>. Acesso em: 08 de junho de 2006.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (org.). *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas: Papirus, 1998.

_____. "Turismo uma carreira recente" In LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Turismo teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Turismo: como aprender, como ensinar*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001. Vol. 1.

TRUJILLO, A. F. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1982.

VIGOTSKI, L. S. *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZAGO J. A. "Sociedade de consumo." Disponível em: www.adroga.casadia.org
Acesso em agosto de 2006.

7. APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sobre o Curso.

1. Em que ano o curso foi autorizado pelo MEC?
2. Quando foi reconhecido?
3. Qual é a duração do curso?
4. Quantas vagas são ofertadas por ano?
5. Quantas turmas estão em funcionamento neste momento? Qual é a média de alunos por turma?
6. Há, na instituição, agência modelo?
7. Há laboratórios próprios para Turismo?
8. Há eventos acadêmicos periódicos?

Sobre o Corpo Docente

1. Qual é o número total dos professores que atuam no curso de Turismo?
2. Quantos são bacharéis em Turismo?
3. Quantos dos professores que não são bacharéis em Turismo são especialistas, mestres ou doutores?
4. Quantos dos professores bacharéis em Turismo são especialistas, mestres ou doutores?

ANEXO I

CURSOS DE BACHARELADO EM TURISMO NO PARANÁ

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Turismo
Cidade: Ponta Grossa - Estado: PR
Praça Santos Andrade s/nº - Cep: 84010-330
Fone: (42) 220-3455 Fax: (42)220 3370 -
Site: www.uepg.br E-mail: turismo@uepg.br

Universidade Norte do Paraná -Turismo e Hotelaria
Cidade: Londrina - Estado: PR
Rodovia Celso Garcia Cede, km 377 - Cep: 86047-500
Fone: (43) 329-1199 Fax: (43) 329-1199
Site: www.unopar.br E-mail: unopar@unopar.br

Centro Universitário de Maringá - Turismo
Cidade: Maringá - Estado: PR
Av. Guerder, 1610 - Jd. Aclimação - Cep: 87050-390
Fone: (44) 3027-6360 Fax: (44) 227-5395
Site: www.cesumar.br E-mail: info@cesumar.br

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho - Cep: 80215-901
Fone: (41)330 1382 Fax: (41)330 1619
Site: www.pucpr.br E-mail: marins@rla01.pucpr.br

Faculdade Organização Paranaense de Ensino Técnico (OPET) - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Nilo Peçanha, 1585 - Cep: 80520-000
Fone: (41)3028-2800 Fax: (41)3028-2800
Site: www.opet.com.br E-mail: fao@opet.com.br

Universidade Paranaense - Turismo e Hotelaria
Cidade: Cascavel - Estado: PR
Rua Rui Barbosa, 611 - Jardim Cristal - Cep: 85801-470
Fone: (45) 326-1300 Fax: (45) 326-1300
Site: www.uniparuar.br E-mail: fabiana@unipar.br

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Turismo
Cidade: Foz do Iguaçu - Estado: PR
Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Cep: 85870-900
Fone: (45)575 2727 Fax: (45)575 2733
Site: www.foz.unioeste.br E-mail: cctur@unioeste.br

Fundação Faculdade da Cidade de União da Vitória - Turismo
Cidade: União da Vitória - Estado: PR
Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 3856 - Cep: 84600-000
Fone: (42) 522-1837 Fax: (42) 522-1837
Site: www.face.br E-mail: turismo.face@waw.com.br

Universidade Estadual do Paraná - Campus FECEA - Turismo
Cidade: Apucarana - Estado: PR
Rodovia do Café - BR 376, Km 03 - Cep: 86800-970
Fone: (43) 423-7277 Fax: (43) 423-7277
Site: www.fecea.br E-mail: rffontana@fecea.br

Faculdade Cristo Rei - Turismo
Cidade: Cornélio Procópio - Estado: PR
Rua Pernambuco, 25 - Centro - Cep: 86300-000
Fone: (43) 524-3301 Fax: (43) 524-3301
Site: www.faccrei.com.br E-mail: turismo@faccrei.edu.br

Faculdades Santa Amélia - Turismo
Cidade: Ponta Grossa - Estado: PR
Rua Barão do Serro Azul, 827 - Centro - Cep: 84010-210
Fone: (42) 225-2424 Fax: (42) 225-2424 Rua 234
Site: www.uniandrade.br E-mail: turismosecal@uol.com.br

Faculdade Sul Brasil - Turismo com ênfase em eventos
Cidade: Toledo - Estado: PR
Av. Min. Cirne Lima, 2565 - Cep: 85903-590
Fone: (45) 278-2002 Fax: (45) 278-2002
Site: www.fasul.com.br E-mail: turismo@fasul.com.br

Centro Integrado de Ensino Superior - Turismo
Cidade: Campo Mourão - Estado: PR
Av. Irmãos Pereira, 670, Centro - Cep: 87301-010
Fone: (44) 523-1982 Fax: (44) 523 1982
Site: www.grupointegrado.br E-mail: gies@grupointegrado.br

Centro Universitário Filadélfia - Turismo
Cidade: Londrina - Estado: PR
Avenida Juscelino Kubitschek, 1626, Centro - Cep: 86020-000
Fone: (43) 324-6112 Fax: (43) 324-6112
Site: www.unifil.br E-mail: turismo@unifil.br

Centro Universitário Positivo (UNICENP) - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300, Campo Comprido - Cep: 81280-330
Fone: (41) 317-3000 Fax: 317-3030
Site: www.unicenp.br E-mail: unicenp@unicenp.br

Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu - Turismo
Cidade: São Miguel do Iguaçu - Estado: PR
Rua São Sepé, 1501, Jardim Panorama - Cep: 85877-000
Fone: (45) 565-3181 Fax: (45) 565-3181
Site: www.faesi.com.br E-mail: faesi@faesi.com.br

Faculdade Dinâmica das Cataratas - Turismo
Cidade: Foz do Iguaçu - Estado: PR
Rua Castelo Branco, 349 - Centro - Cep: 85852-010
Fone: (45) 523-6900 Fax: (45)574 4008
Site: www.udc.br E-mail: udc@udc.edu.br

Faculdade Educacional de Cornélio Procópio - Turismo
Cidade: Cornélio Procópio - Estado: PR
Via da Integração s/n - CIAC Pedro Baggio, Conjunto União - Cep: 86300-000
Fone: (43) 523-8489 Fax: (43) 523-8489
Site: www.fecop.com.br E-mail: fecop@fecop.com.br

Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Turismo
Cidade: Campo Mourão - Estado: PR
Av. Com. Norberto Marcondes, 733, Centro - Cep: 87303-100
Fone: (44) 523-1880 Fax: (44)523 1654
Site: www.fecilcam.br E-mail: fecilcam@fecilcam.br

Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER) - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua do Rosário, 169 - Centro - Cep: 80020-110
Fone: (41) 221-3300 Fax: (41) 221-3300
Site: www.facinter.br E-mail: facinter@facinter.br

Faculdade Metropolitana de Curitiba - Turismo
Cidade: São José dos Pinhais - Estado: PR
Av. Rui Barbosa, 5881, Afonso Pena - Cep: 83040-550
Fone: (41) 283-1200 Fax: (41)283 1200
Site: www.famec.com.br E-mail: turismo@famec.com.br

Faculdade Nobel - Turismo
Cidade: Maringá - Estado: PR
Rua Quintino Bocaiúva, 1235, Zona 7 - Cep: 87020-160
Fone: (44) 225-9777 Fax: (44) 225-9777
Site: www.nobel.br E-mail: faculdade@nobel.br

Faculdades Guarapuava - Turismo
Cidade: Guarapuava - Estado: PR
Rua Saldanha Marinho, 1706 - Centro - Cep: 85010-290
Fone: (42) 622 9730 Fax: (42) 622 7905
Site: www.faculdadesguarapuava.br E-mail: coord@almix.com.br

Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Pedro Bonat, 103, Novo Mundo - Cep: 81110-040
Fone: (41) 248-0311 Fax: (41)246 0912
Site: www.santacruz.br E-mail: santacruz@santacruz.br

Universidade Federal do Paraná - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Travessa Alfredo Bufrem, 140, 2º andar - Cep: 80020-240

Fone: (41)310 2612 Fax: (41)310 2612
Site: www.ufpr.br E-mail: ctur@humanas.ufpr.br
Universidade Paranaense - Turismo e hotelaria
Cidade: Umuarama - Estado: PR
Pça. Mascarenhas de Moraes, s/n, Centro - Cep: 87502-210
Fone: (44) 621-2828 Fax: (44)623 2553
Site: www.unipar.br E-mail: unipar@unipar.br

Universidade Paranaense (UNIPAR) Turismo e Hotelaria
Cidade: Paranavaí - Estado: PR
Avenida Humberto Brüning,360 - Jardim Santos Dumont - Cep: 87706-490
Fone: (44)421-4000 Fax: (44)421-4000
Site: www.uniparuabr E-mail: unipar@unipar.br

Instituto de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - Turismo
Cidade: Foz do Iguaçu - Estado: PR
Av. Paraná, 3695 - Jardim Central - Cep: 85863-720
Fone: (45) 520-1727 Fax: (45) 520-1727
Site: www.cesufoz.edu.br E-mail: secretaria@cesufoz.edu.br

Faculdade de Apucarana - Turismo e Hotelaria
Cidade: Apucarana - Estado: PR
Rua Thalita Bresolim, 1139 - Cep: 86802-390
Fone: (43) 423-0500 Fax: (43) 423-0500
Site: www.fap.com.br E-mail: materdei@net21.com.br

Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE) - Turismo e Hotelaria
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Dr. Muricy, 706 - Cep: 80010-050
Fone: (41)219 4252 Fax: (41)219 4252
Site: www.uniandrade.br E-mail: uniandrade@uniandrade.br

Universidade Tuiuti do Paraná - Turismo e Hotelaria
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Sydnei Antonio Rangel Santos, 238, Sto. Inácio - Cep: 82010-330
Fone: (41)331 7700 Fax: (41)331 7700
Site: www.utp.br E-mail: paulo.colle@utp.br

Faculdade Mater Dei - Gestão do Turismo
Cidade: Pato Branco - Estado: PR
Av. Tupi, 3091 - Cep: 85505-000
Fone: (46)224 2882 Fax: (46)224 2882
Site: www.colegiomaterdei.com.br E-mail: facmater@whiteduck.com.br

Faculdade Dinâmica - Turismo
Cidade: Jacarezinho - Estado: PR
Av. Getúlio Vargas, 670 - Cep: 86400-000
Fone: (43)525 0166 Fax: (43)525 0166
Site: www.fanorpi.com.br E-mail: secretaria.graduacao@fanorpi.com.br

Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL) - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Konrad Adenauer, 442 - Cep: 82820-540
Fone: (41)365 2889 Fax: (41)365 2889
Site: www.unibrasil.com.br E-mail: turismo@unibrasil.com.br

Faculdades Integradas de Curitiba - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Chile, 1678 Bairro Rebouças - Cep: 80220-181
Fone: (41) 333-8778 Fax: (41)333 8778
Site: www.aena.br E-mail: turismo.fic@aena.br

Universidade Estadual do Centro-Oeste - Turismo
Cidade: Irati - Estado: PR
PR 153 Km 7, Bairro Riozinho, Cx. postal 21
Fone: (42) 423-2381 / 423-2958 / 9962-5359 Fax: (42) 423-2381
Site: www.unicentro.br E-mail: elietigoveia@irati.com.br

Instituto de Ensino e Cultura do Paraná (FAPAR) - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
Rua Brasilino Moura 474 - Cep: 80540-340
Fone: (41)352-9832 Fax: (41)352-9832
Site: - E-mail: marcioacbarros@yahoo.com.br

Faculdade Paranaense de Administração (SPEI) - Turismo
Cidade: Curitiba - Estado: PR
RUA AUGUSTO ZIBARTH 695 - Cep: 81560-360
Fone: (0xx41) 364 4579 Fax: (0xx41) 364 4579
Site: www.spei.br E-mail: vera@spei.br

Instituto Superior ou Escola Superior - Turismo
Cidade: Foz do Iguaçu - Estado: PR
Avenida Paraná 3695 - Cep: 85858-030
Fone: (45) 520-1727 Fax: (45) 520-1727
Site: - E-mail: marcioacbarros@yahoo.com.br

Faculdade Jaguariaíva - Turismo
Cidade: Jaguariaíva - Estado: PR
Avenida Jaguariaíva 641 - Cep: 84200-000
Fone: (43) 535 2830 Fax: (43) 535 2830
Site: www.fajar.edu.br E-mail: fajar@fajar.edu.br

Faculdades Telêmaco Borba - Turismo
Cidade: Telêmaco Borba - Estado: PR
Av. Mal. Floriano Peixoto, 1181 - Altos das Oliveiras - Cep: 84266-010
Fone: (42) 2729555 Fax: (42) 2729555
Site: www.fatebtb.com.br E-mail: simoal29@yahoo.com.br

ANEXO II

MESTRADOS RECONHECIDOS

Os programas estão relacionados por ordem alfabética do respectivo nome e, no interior dos homônimos, por Unidade da Federação

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ÁREA: TURISMO

PROGRAMA	IES	UF	CONCEITO		
			M	D	F
HOSPITALIDADE	FAM	SP	3	-	-
TURISMO	UNB	DF	-	-	3
TURISMO	UCS	RS	3	-	-
TURISMO E HOTELARIA	UNIVALI	SC	3	-	-
TURISMO E MEIO AMBIENTE	UNA	MG	3	-	-

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

M - Mestrado Acadêmico; D - Doutorado; F - Mestrado Profissional

FAM - UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI - São Paulo

UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - Brasília

UCS - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL - Caxias do Sul

UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - Itajaí

UNA - CENTRO UNIVERSITARIO UNA - Belo Horizonte

DELIBERAÇÃO NORMATIVA N. 390, DE 28 DE MAIO DE 1998.

A Diretoria da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, objetivando atingir as competências que lhe foram conferidas pelo artigo 3º da lei N. 8.181, de 28 de março de 1991, em seus incisos IV, VI e VII, resolve:

Art. 1º. Os projetos de empreendimentos turísticos encaminhados a esta autarquia para fins de financiamento ou incentivo por parte do Estado, através de recursos do Fungetur, somente serão autorizados quando acompanhados de parecer técnico emitido por profissional egresso de cursos superiores de Bacharel em Turismo.

Art. 2º. As cartas-consulta e os projetos de empreendimentos turísticos situados na área de atuação da Sudam e da Sudene deverão ser acompanhados de parecer técnico emitido por profissional egresso de cursos superiores de Bacharel em Turismo.

Art. 3º. Os pedidos de apoio institucional ou financeiro oriundos de estados e municípios turísticos ou de potencial turístico, assim definidos por deliberação específica, terão prioridade de análise e entendimento, quando tiverem como interlocutor profissional egresso de cursos superiores de Bacharel em Turismo.

Art. 4º. Recomendar às empresas prestadoras de serviços turísticos, constantes no artigo 2º da Lei N. 6.505, de 13 de dezembro de 1977, que disponham, em seus quadros profissionais, egressos de cursos superiores de Bacharel em Turismo, habilitados a atuarem:

- a) na criação, elaboração, análise e interpretação de planos e programas turísticos;
- b) na realização de estudos tendentes a explicar os fenômenos turísticos bem como as perspectivas origens, mudanças e evoluções;
- c) na análise dos efeitos dos pólos emissores e receptores sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais;

d) na interpretação de dados sobre os costumes, práticas e hábitos de correntes turísticas;

e) na elaboração de projetos ou estudos de planejamento, organização, funcionamento e exploração de empreendimentos turísticos em empresas públicas ou privadas;

Art. 5º. Recomendar às Prefeituras Municipais que indiquem para ocupar cargos em comissão das áreas de turismo profissionais egressos de cursos superiores de Bacharel em Turismo;

Art. 6º. Esta Deliberação Normativa entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Mas para se obter o registro, concedido alguns anos antes pelos Conselhos do CRA, publicado no D.O.U. em 08/07/81, Resolução Normativa CFA nº 27, de 28 de junho de 1981, que dispõe sobre o Registro dos Técnicos em Planejamento Turístico:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criado nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (CRTAS) o registro específico para a categoria de Técnico em Planejamento Turístico.

Art. 2º O registro, a que se refere o artigo anterior, permite aos egressos de cursos superiores de Bacharel em Turismo a atuação em Planejamento, Organização e Administração na área do Turismo, ressalvada a garantia das prerrogativas do Técnico de Administração, atuação esta compreendida no exercício de :

- a) criação, elaboração, análise e interpretação de planos e programas turísticos;
- b) realização de estudos tendentes a explicar os fenômenos turísticos, bem como as respectivas origens, mudanças e evoluções;
- c) análise dos efeitos dos pólos emissores e receptores sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais;
- d) interpretação de dados sobre os costumes, práticas e hábitos de correntes turísticas;

e) elaboração de projetos ou estudos de planejamento, organização, funcionamento e exploração de empreendimentos turísticos em empresas públicas ou privadas.

§1º. Os Técnicos em Planejamento turístico só poderão exercer as atividades profissionais de Administração enumeradas acima se estiverem devidamente registrados nos CRTAs em cuja jurisdição atuem.

§2º. Na ocasião do registro será exigida a apresentação do currículo ou histórico escolar.

Art. 3.º Toda pessoa jurídica que explore, sob qualquer forma, atividade específica de Técnico em Planejamento Turístico, deverá promover obrigatoriamente seu registro nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração de sua jurisdição.

Art. 4.º Aplicar-se-ão aos infratores dos dispositivos desta Resolução Normativa as penalidades previstas no Art. 16 da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, e no Art. 52 do Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967.

Art. 5.º Aplicam-se aos Técnicos em Planejamento Turístico as disposições legais e normativas pertinentes ao Técnico de Administração, especialmente as relativas à fiscalização e registro.

Art. 6.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução Normativa CFTA nº 14, de 10 de maio de 1981.

Adm. Guilherme Quintanilha de Almeida

Presidente

Reg. CRTA/8ª nº 07

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776, de 3/12/97, e 583, de 4/4/2001, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo – CEETur/DEPES, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nºs 67, de 11/3/2003, 288, de 6/11/2003, e 210, de 8/7/2004, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, em 12/4/2004, e em 23/9/2004.

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu Projeto Pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, componente opcional da IES, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O projeto pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Turismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

Resolução CNE/CES 13/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de novembro de 2006, Seção 1, p. 96 VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X- concepção e composição das atividades complementares.

§ 2º O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Turismo poderá admitir Linhas de Formação Específicas, direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem.

§3º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no

trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Art. 4º O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista ;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;

XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;

XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;

XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;

XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;

XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;

XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação: I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Turismo estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Educação Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada Instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o respectivo regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria IES, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo das atividades de campo, nos diversos espaços onde possam ser inventariados e coligidos traços significativos do acervo turístico, segundo as José Carlos/Zimmer/0074turismo/SOS 3 diferentes áreas ocupacionais de que trata o § 2º do art. 2º desta Resolução, abrangendo as diversas ações teórico-práticas, desde que sejam estruturadas e operacionalizadas, de acordo com a regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de graduação em Turismo, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu

Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, observados os aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 11. A carga horária dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

4 Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Tratando-se de curso de graduação, licenciatura plena, destinada à formação de professores para atuação na educação básica, os projetos pedagógicos observarão as Diretrizes Curriculares Nacionais próprias.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução s/nº, de 28 de janeiro de 1971.

ANTÔNIO CARLOS CARUSO RONCA
Presidente da Câmara de Educação Superior
José Carlos/Zimmer/0074turismo/SOS 5

ANEXO V

CURSOS DE BACHARELADO EM TURISMO EM CURITIBA

01. Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Coordenadora: Renata Maria Ribeiro

Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho - Cep: 80215-901

Fone: (41) 3271-1372

e-mail: turismo@pucpr.br

Site: www.pucpr.br

02. Faculdade Organização Paranaense de Ensino Técnico (OPET)

Coordenadora: Samira Khelili

Rua Nilo Peçanha, 1585 - Cep: 80520-000

Fone: (41) 3028-2800

e-mail: samirakhelili@opet.com.br

Site: www.opet.com.br

03. Centro Universitário Positivo (UNICENP)

Coordenador: Dario Luiz Paixão

Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300, Campo Comprido - Cep: 81280-330

Fone: (41) 3317-3035

e-mail: turismo@unicenp.edubr

Site: www.unicenp.br

04. Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER)

Coordenadora: Simone Eloísa Ramos

Av. Luiz Xavier, 103 - Centro - Cep: 80020-110

Fone: (41) 2102-3441 / 2102-3440

e-mail: turismo@facinter.br

Site: www.facinter.br

05. Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba

Coordenadora: Renata B. Custódio

Rua Pedro Bonat, 103, Novo Mundo - Cep: 81110-040

Fone: (41) 3248-0311

e-mail: renata@santacruz.br

Site: www.santacruz.br

06. Universidade Federal do Paraná

Coordenador: José Manoel Gonçalves Gândara

Rua Dr. Faivre, 405, 3º andar - Cep: 80060-140

Fone: (41) 3360-5050

e-mail: detur@humanas.ufpr.br

Site: www.turismo.ufpr.br

07. Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL)

Coordenadora: Annamaria Artigas

Rua Konrad Adenauer, 442 - Cep: 82820-540

Fone: (41) 3361- 42000

e-mail: turismo@unibrasil.com.br

Site: www.unibrasil.com.br

08. Faculdades Integradas de Curitiba (UNICURITIBA)

Rua Chile, 1678 Bairro Rebouças - Cep: 80220-181

Fone: (41) 3213-8758 / 3213-8759

e-mail: turismo.fic@aena.br

Site: www.faculdaDESCURITIBA.br

09. Universidade tuiuti do Paraná (UTP)

Coordenador: André Poletti

Rua Sydnei Antonio Rangel Santos, 238, Sto. Inácio - Cep: 82010-330

Fone: 3331 7740 / 0800 41 0800

e-mail: turismo@utp.br

Site: www.utp.br